

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 30

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Picadinho tributário (3) 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova reviravolta na proposta 5

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BAHIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes: 'Ideia é reduzir carga de impostos para 25% do PIB' 7

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma do Imposto de Renda prevê aumento de arrecadação em 2022 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma vai tirar R\$ 10 bi da classe C - MÍRIAM LEITÃO 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Sem previsão para incluir adolescentes 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SEGURIDADE SOCIAL

Programa de vacinação não precisa da Covaxin, diz ministro da Saúde 12

O POPULAR - GO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara suspende prova devida até o fim do ano 13

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai descontar benefício 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

CCJ tira direito à gratuidade em ação 15

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA
SERVIDOR PÚBLICO

Senado define regras de combate à violência política contra a mulher - TRIBUNA 16

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SERVIDOR PÚBLICO

Entidades se mobilizam por greve contra reforma - SERVIDOR 19

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Sindicatos defendem greve do funcionalismo em protesto à Reforma Administrativa 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforço ao Bolsa Família 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Falhas e virtudes na reforma do IR 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Amazônia queima e quebra recorde de emissões de carbono - MERCADO S/A 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova proposta para IR tira até R\$ 27 bi dos cofres de Estados e municípios 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR exige mais ajustes, dizem especialistas 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Guedes, retomada vai abater perdas 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rombo de R\$ 30 bi na reforma acende sinal de alerta 30

ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS
REFORMA TRIBUTÁRIA

RECALIBRAGEM TRIBUTÁRIA (3) 32

O POPULAR - GO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária afeta vale-alimentação 33

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e o carimbador maluco (2) 35

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que muda no seu imposto de renda com a reforma tributária; ouça podcast (Café da Manhã)
..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma do IR afeta vale-alimentação e livra tributação em paraísos fiscais 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Esforço concentrado para aprovar a LDO 40

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

LDO deve ser votada hoje 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pela 1ª vez, governo vê inflação fora da meta 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Folga de gastos cai em R\$ 12,4 bi a cada ponto percentual a mais do IPCA 44

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Pobres são muito mais afetados 45

ALÔ BRASÍLIA - DF - GERAL
ECONOMIA

Ministério eleva previsão de crescimento econômico para 5,3% em 2021 46

Quinta-Feira, 15 de Julho de 2021

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
ECONOMIA

"Pobreza é custo de longo prazo deixado pela pandemia 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Política sem panaceia (3) 48

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Relatório inclui 'distritão' para eleições de 2022 49

O GLOBO - ON LINE - RJ - EDITORIAL
POLÍTICA

Congresso precisa aprovar logo a 'PEC do Pazuello' 51

Picadinho tributário (3)

Arremedo de reforma, o picadinho tributário em tramitação no Congresso poderá produzir, entre outros efeitos, uma perda de receita de R\$ 30 bilhões em 2023 - um resultado incompatível, à primeira vista, com os gastos adicionais já previstos, como a ampliação da assistência aos pobres. O novo Bolsa Família, reformulado e possivelmente rebatizado como Renda Cidadã, deverá consumir R\$ 51,5 bilhões em 2022, segundo estimativa divulgada há cerca de um mês. "Não há espaço fiscal para uma redução tão elevada", disse ao Estado o ex-secretário da **Receita Federal** Jorge Rachid.

O corte de arrecadação foi indicado em parecer apresentado pelo relator do projeto de alteração do Imposto de Renda (IR), deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

A redução da carga atende às pressões contrárias à taxação de lucros e dividendos distribuídos a acionistas. Empresários e investidores do setor financeiro podem ficar satisfeitos com a alteração do projeto, apoiada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao concordar com o relator, o ministro parece renunciar a um dos objetivos iniciais da proposta - uma distribuição mais equitativa dos encargos fiscais.

O corte foi anunciado sem apresentação de medidas compensatórias.

O relatório pode ter aperfeiçoado o projeto em alguns pontos, admitem especialistas, mas o defeito original permaneceu, até por ser insanável pelo trabalho de um relator. As alterações tributárias até agora desenhadas no Ministério da Economia têm ficado muito longe de uma verdadeira reforma.

A equipe econômica apresentou até agora duas propostas. A primeira cuidou da unificação do PIS/Pasep e da Cofins. A segunda trata da mudança na tributação de lucros e dividendos.

Mas o sistema brasileiro é muito mais complexo e inclui **tributos** estaduais e municipais.

De janeiro a maio deste ano, o governo central arrecadou R\$ 759,5 bilhões. Nesse período, os governos estaduais coletaram com seu principal tributo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), R\$ 249,8 bilhões, cerca de um terço da receita do poder central. Além de volumoso, o principal imposto dos Estados atinge os cidadãos de modo mais sensível e de forma frequentemente

injusta. Além disso, amplia os custos, complica a gestão empresarial e afeta as decisões de investimento, quando é usado como arma de guerra fiscal. Não há como promover uma efetiva reforma sem levar em conta o ICMS.

Ao cuidar de mudanças na tributação, o governo deveria ter seguido o caminho apontado pela PEC 45, já em tramitação na Câmara, um projeto amplo e com potencial de tornar o sistema bem mais equitativo, mais simples e mais funcional, até pela redução das diferenças das condições tributárias dos Estados. O peso dos **impostos** é apenas um dos entraves à competitividade gerados pelo sistema em vigor. O tempo e o esforço gastos apenas para cuidar da complexidade tributária têm sido citados, com destaque, em estudos sobre a capacidade competitiva das empresas brasileiras.

Na **reforma tributária**, assim como em outras questões, a equipe econômica exibe uma escassa percepção do dia a dia da vida empresarial e de outros aspectos da economia brasileira.

Esse dia a dia inclui enormes complicações, frequentemente injustificáveis, enfrentadas por quem precisa planejar os negócios e administrar uma companhia, mesmo pequena. Quando se tem uma noção mais clara desse dia a dia - e do ambiente onde se realizam os negócios -, tornase mais evidente a importância de cuidar de todo o sistema tributário, quando se pretende reformá-lo.

O ideal seria apresentar um projeto completo, observou o professor Nelson Marconi, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Quando se apresenta a reforma em pedaços, "que por sua vez podem ser votados de forma retalhada, ninguém consegue prever qual será o resultado líquido, seja em termos de arrecadação, seja em termos de eficiência e oneração", acrescentou. É uma questão de bom senso, uma condição ignorada pelo governo em seu projeto de **reforma tributária**.

Muito limitada, a proposta fica longe de uma verdadeira **reforma tributária**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova reviravolta na proposta

GERALDA DOCA, JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOH ARA E ELIANE OLIVEIRA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA ESÃO PAULO

O relator da proposta de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao GLOBO que estuda fazer uma nova alteração no parecer apresentado na Câmara na última terça-feira. A ideia agora é reduzir a faixa de isenção na distribuição de dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil mensais para todos os tipos de empresas.

Pelo texto original do governo, mantido no relatório, a faixa de isenção só seria aplicada para micro e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional. Caso a proposta seja aprovada sem alterações, quem receber dividendos de uma grande empresa, como Vale ou Petrobras, por exemplo, seria afetado pela taxa de 20%, explicou Sabino.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

A mudança também afetaria profissionais liberais, como médicos e advogados que têm CNPJ. Na distribuição de dividendos da empresa, qualquer valor superior a R\$ 2,5 mil por mês seria tributado em 20%.

O ajuste poderá ser feito por meio de uma emenda ao relatório e teria impacto negativo para o governo entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões. Isso porque a base de isenção seria ampliada, ao incluir empresas fora do Simples.

Sabino disse que a versão original da reforma estimularia a "pejotização". Uma empresa que pretendesse distribuir aos sócios R\$ 60 mil, por exemplo, poderia ser incentivada a criar outras três e transferir R\$ 20 mil em cada CNPJ, fugindo assim da tributação.

Na nova versão que o relator quer propor, haveria um desestímulo, pois a faixa de isenção do tributo seria menor. Quem quisesse fugir da mordida do IR teria que abrir muito mais CNPJs.

O governo propôs tributar lucros e dividendos e acabar com o mecanismo de Juros Sobre Capital Próprio (usado pelas empresas para remunerar acionistas) como forma de compensar a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Segundo o deputado, o parecer com os ajustes à proposta original do Executivo foi bem aceito pelos

parlamentares e tem condições de ser apreciado antes do recesso, caso seja pautado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Ele admitiu que o texto poderá ser modificado até a votação pelo plenário, mas que qualquer mudança significativa terá que ser acompanhada de medidas de compensação.

- Não podemos ser irresponsáveis. A gente propôs ajustes, estamos reduzindo o Imposto de Renda das empresas com base na redução de alguns benefícios - afirmou.

O relatório reduz a carga tributária em R\$ 30 bilhões em 2023 -o equivalente ao orçamento de um Bolsa Família. O valor, segundo o deputado, será recomposto com a expectativa de aumento na arrecadação com a retomada da atividade econômica. O rombo, porém, causa preocupação na avaliação de economistas que acompanham as contas públicas.

Para Caio Augusto Takano, professor do curso de especialização em Compliance do Ibmec/SP e do Mackenzie, a mudança em avaliação pelo relator sobre taxa de dividendos pode ter resultado diferente do esperado. Takano pondera que se trata de uma forma simplista de avaliar os impactos da tributação.

- Primeiro, para uma empresa já estabelecida é difícil segregar as atividades, funcionários e maquinário em outra empresa. Não é tão simples assim. Não é apenas a mera criação de um CNPJ. E a **Receita Federal** já controla a vida financeira da empresa, se tem ativos distintos, por exemplo -explica Takano.

20 MIL SUPER-RICOS'

O professor afirma que profissionais liberais são afetados pela medida:

-O setor de serviços certamente será afetado. Lembrando que ele é o que sofre maior tributação, seja no regime de lucro presumido ou no Simples Nacional em comparação com o comércio.

Além disso, na avaliação do especialista, ampliar a base de tributação com empresas fora do Simples pode onerar muito a pequena empresa. Ele avalia que a tributação linear de 20% para quem recebe R\$ 2,5 mil ou R\$ 50 mil em dividendos não está alinhada com a progressividade das faixas de incidência do Imposto

de Renda.

-A proposta prevê a tributação de 20% para todo mundo. Não é alinhado com a ideia de progressividade do IR (quem ganha mais, paga mais)-afirma.

Durante uma transmissão ao vivo realizada pelo jornal Valor Econômico, o ministro Paulo Guedes, defendeu a ideia de taxar dividendos, que até então eram isentos no país. Segundo ele, a mudança fará 20 mil "super-ricos" pagarem **impostos**. A declaração leva em conta o texto apresentado pelo relator na terça-feira, antes da perspectiva de nova reviravolta na proposta.

-O que está acontecendo é que 31 milhões de declarantes brasileiros, pessoas físicas, tiveram incidência de imposto reduzida - afirmou, em referência aos termos da proposta, como a correção da tabela do IR. -Certamente 20 mil brasileiros super-ricos vão pagar **impostos** sobre dividendos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes: 'Ideia é reduzir carga de impostos para 25% do PIB'

Após enfatizar diversas vezes o compromisso da **reforma tributária** de manter neutro o montante de **tributos** pagos no Brasil, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, que, se reeleito, o governo vai perseguir uma redução da carga nacional de **impostos**. "Se o governo for reeleito, vamos continuar baixando", comentou o ministro durante transmissão ao vivo promovida pelo jornal Valor Econômico. "Somos liberais-democratas. Se os **impostos** subiram de 18% para 36% ao longo dos últimos 40 anos, nossa ideia é baixar isso para pelo menos 25% do **PIB**".

Paulo Guedes afirmou que a perda de arrecadação com a **reforma tributária** do Imposto de Renda das empresas, das pessoas físicas e dos investimentos não preocupa o governo. De acordo com Guedes, o custo será compensado pela melhoria na arrecadação federal decorrente da retomada do crescimento econômico brasileiro. "Não tem problema, já está pago. Antes de começar a reforma já está pago", disse em transmissão ao vivo promovida pelo jornal Valor Econômico.

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), alterou o texto original do governo. Entre as alterações que reduziram a arrecadação, estão a redução no Imposto de Renda das empresas de cinco para 12,5 pontos percentuais em 2023 e a manutenção da isenção de rendimentos dos fundos imobiliários (FIIs).

De acordo com estimativas divulgadas pelo relator e que, segundo Guedes, foram feitas em conjunto com a **Receita Federal**, a queda líquida na arrecadação com a **reforma tributária** chegaria a cerca de R\$ 30 bilhões. "Isso não está nos preocupando muito agora, porque só de o **PIB** voltar ao nível semelhante ao que estava antes da pandemia já veio tuna arrecadação R\$ 100 bilhões acima do previsto", explicou o ministro.

De janeiro a maio, a arrecadação federal totalizou R\$ 744 bilhões, de acordo com dados divulgados pela **Receita Federal**. Segundo Guedes, a previsão para o primeiro semestre de 2021 era de R\$ 640 bilhões, ou seja, já foi superada. "Como liberais, preferimos correr o risco de errar para o lado de redução de carga que errar pelo aumento de carga tributária".

Guedes avaliou que a **reforma tributária** do Imposto

de Renda permitirá que, no ano que vem, o orçamento do Bolsa Família seja reforçado entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões. Ao todo, segundo o ministro, o programa deve ter orçamento de R\$ 50 bilhões em 2022. Atualmente, é de cerca de R\$ 30 bilhões.

Setor privado sempre terá ganho de causa. Eu quero tributar os 20 mil super-ricos e não as empresas Paulo Guedes

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Reforma do Imposto de Renda prevê aumento de arrecadação em 2022

O governo prevê, como parte da proposta de **reforma tributária** no Imposto de Renda, medidas que reduzirão a arrecadação futuramente para aumentá-la em 2022, ano das eleições. Um dos casos é a atualização no valor dos imóveis declarados pelo contribuinte.

Segundo os cálculos da **Receita Federal**, o benefício sobre a atualização de valor de imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 2020 teria um impacto positivo de R\$ 880 milhões em 2022, mas nos anos seguintes haveria uma renúncia fiscal de R\$ 2,45 bilhões em 2023 e de R\$ 2,03 bilhões em 2024.

Atualmente, ao vender um imóvel o contribuinte paga entre 15% e 22,5% de imposto sobre o ganho de capital que teve ante o valor que havia sido declarado à Receita. Com a mudança, seria permitido atualizar o valor dos imóveis mesmo sem a venda, com uma incidência de 4% sobre a diferença.

Dessa forma, o imposto na hora da venda é reduzido e a receita é antecipada aos cofres públicos. A medida não foi alterada no parecer do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), ao apresentá-lo aos líderes partidários na terça-feira (13).

Em pronunciamento, a Receita confirmou que há previsão de renúncia de receitas de IRPF para bens imóveis em 2023 e 2024. Disse, ainda, que foi ajustada a previsão do impacto para a medida da atualização dos imóveis para a alíquota de 4% em substituição ao cálculo feito anteriormente a 5%.

"Essa renúncia é representada pela diferença entre a arrecadação inicialmente projetada antes da medida e a que efetivamente deverá ocorrer, em razão da antecipação do ganho de capital com a atualização tributada a 4%. Em 2023, volta a regra geral, muito embora os efeitos sejam verificados também em 2023 e 2024", disse o órgão.

Outro ponto do texto que não foi alterado pelo relator foi a previsão de arrecadação de R\$ 14,47 bilhões no ano que vem com adiantamento da tributação em estoque de fundos de investimentos fechados, mas zerando em 2023 e 2024.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/15-07_38c0b87e5ffb76

Reforma vai tirar R\$ 10 bi da classe C - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A proposta de **reforma tributária** vai tirar R\$ 10 bilhões por ano da classe C. A afirmação é do ex-secretário da Receita Everardo Maciel, ao analisar o projeto da mudança no Imposto de Renda. O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) melhorou vários pontos da reforma, na avaliação de economistas e do mercado financeiro, mas esse ponto que atinge uma parcela dos contribuintes da classe média não foi retirado. "Cortar as unhas do demônio não o transforma em anjo não", diz Maciel, que discorda das mudanças, mesmo na versão do substitutivo:

- O desconto padrão pode ser usado por qualquer um, mas ele é mais vantajoso para quem ganha até R\$ 83.777 por ano. Agora, a faixa entre R\$ 40 mil e R\$ 83 mil não poderá fazer o desconto padrão. Se eles fazem hoje é porque é a melhor opção, então todos nesse grupo terão aumento de carga. Quem é essa faixa? O IBGE a classifica como classe C. O projeto tira R\$ 10 bi da classe C e acaba com o vale-alimentação.

Esse é de fato o pior defeito do projeto. Ele saiu do governo tão feio que foi imediatamente abandonado. Ontem, em live no "Valor", o ministro Paulo Guedes se comportou como se não tivesse saído da equipe dele, e com a sua chancela, o projeto que agora o Congresso tenta consertar. "Tinha coisa que estava guardada no armário aqui há 10 anos, esperando a hora de ser usada. Aí foram lá e jogaram. Nós removemos." Essa é uma versão delirante dos fatos. O Ministério da Economia colocou os erros no projeto e o ministro é o responsável.

Sabino defende a manutenção da limitação da declaração simplificada, que vai atingir a classe média, porque diz que só afetará mesmo quem não tiver filho, **INSS**, plano de saúde para descontar. O fato é que se a Receita prevê arrecadação extra de R\$ 10 bi com essa medida é porque há aumento da carga para esse grupo.

Everardo Maciel discorda da taxação de dividendos, que, no entanto, o mercado já está aceitando. Maciel explica que, na sua visão, já existe essa taxação na prática:

-Dividendo é tributado na empresa. Quando você

investe numa empresa espera retomo, porque é investimento e não doação. Esse retorno é traduzido em dividendo. É a materialização do retomo que já é tributado na Pessoa Jurídica. Pode-se tributar só na empresa, só na distribuição ou nos dois. Quando o Brasil tributava dividendo, surgiu uma coisa difícil de fiscalizar que era a distribuição disfarçada de lucro.

Isso acontece quando as contas pessoais dos sócios são pagas pela empresa, e de forma disfarçada está se fazendo distribuição de lucro. Fiscalizar isso é uma trabalhadeira. Maciel acha também que na prática acaba o lucro presumido, porque essa empresa terá que pagar dividendo. Ele acha injusto pela comparação entre as duas formas de pagamento de imposto, mas o lucro presumido tem duas vantagens: simplicidade e segurança jurídica.

-No lucro real, você não paga se der prejuízo. No presumido, paga de qualquer jeito. O que for prejuízo vira crédito no lucro real. No presumido, nada pode ser compensado. No lucro real pode ter incentivo fiscal, no presumido, não. E por que muita gente escolhe o presumido? Porque é simples e não tem litígio. Todos os litígios hoje estão no lucro real -explicou.

No mercado financeiro há muita gente aliviada depois do substitutivo de Sabino, porque "muitos bodes saíram da sala", como me disse um operador. O maior bode saiu com a forte redução do IRPJ. Na versão do governo haveria um brutal aumento de carga tributária. Agora, o relator falou em perda de R\$ 30 bilhões de arrecadação. Isso, por outro lado, acendeu a luz amarela entre os economistas fiscalistas. Como aceitar um rombo no orçamento já do ano que vem, que está em discussão no Congresso?

Na conta de Everardo a carga aumenta para as empresas.

- Uma empresa no lucro real paga hoje 34%. Baixa a alíquota padrão de 15% para 2,5%. Tem o adicional de 10% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9%. Já deu 21,5%. Sobraram 78,5% depois do pagamento de **impostos**. Pega isso e distribui de lucro, aplica a alíquota de 20%, aí dá 15,7% que somado ao 21,5% dá 37,2%. Isso é mais do que 34% - diz o ex-secretário.

O relator fez um esforço para falar com o máximo de

gente possível e tirou alguns pontos bem controversos do projeto, mas não todos. Ele tentou consertar a proposta desequilibrada que saiu do Executivo. A grande dúvida é como o Ministério da Economia errou no seu core business. Nada é mais fazendário do que a estrutura de **impostos**. Ontem, Paulo Guedes admitiu ter errado na "dosimetria". Não foi apenas isso. Errou redondamente.

Relatório melhorou o projeto original, mas a reforma do IR tira dinheiro da classe C e acaba na prática com o lucro presumido, diz Everardo Maciel

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sem previsão para incluir adolescentes

Maria Eduarda Cardim

Apesar de alguns estados e cidades já tenham anunciado a inclusão de adolescentes de 12 a 17 anos na fila da vacinação contra a covid-19, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou, ontem, que "ainda não há evidência sólida" em relação à imunização desse grupo. Conforme salientou, o tema será discutido na próxima reunião do Programa Nacional de Imunização (PNI), mas não detalhou quando esse encontro acontecerá. A inclusão dos adolescentes entre 12 e 18 anos foi cobrada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que determinou que a pasta avalie a possibilidade.

Queiroga argumentou que ainda não há estudos concretos sobre a vacinação desses jovens para que estados e municípios adotem a medida. "Não há uma evidência sólida em relação à vacinação em adolescentes, mas isso é alvo de discussão do PNI e esse tema será debatido na próxima reunião do programa. Se (o grupo) for incluído, essa decisão deve ser capilarizada para o Brasil inteiro", disse o ministro, durante audiência pública na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados. Mas, depois de pôr em dúvida a inclusão dos adolescentes, disse que acredita em uma "decisão positiva" pelo PNI.

Foi justamente a imunização de uma adolescente com comorbidades que motivou Gilmar Mendes a solicitar que a pasta avalie a inclusão de jovens com menos de 18 anos no plano de vacinação. O ministro pediu que o governo federal considere principalmente a vacinação de adolescentes que pertencem ao grupo de risco, tendo em vista que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já aprovou o uso da vacina Comirnaty, produzida pela Pfizer, para jovens acima de 12 anos.

A solicitação de Gilmar Mendes foi feita após análise de uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG), que determinou a imunização de uma adolescente de 15 anos, portadora de Síndrome de Kartagener - distúrbio hereditário raro que causa problemas respiratórios. O município onde mora a jovem argumentou que, pelo fato de a adolescente não estar incluída na faixa etária estabelecida pelo PNI, que não inclui menores de 18 anos na indicação de grupos prioritários ou da população-alvo para a vacinação contra a covid-19, a decisão do desembargador violaria determinações do Supremo sobre a matéria.

Diante disso, segundo o ministro, há uma "aparentemente lacuna" no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), já que nele ainda há uma contraindicação à administração das vacinas aos menores de 18 anos - apesar de a Anvisa já ter aprovado o uso da vacina da Pfizer em adolescentes a partir de 12 anos.

Estados e municípios

A inclusão de adolescentes na campanha de vacinação contra a covid-19 foi evidenciada após o governador de São Paulo, João Doria, anunciar, no último final de semana, que pretende começar a imunização de adolescentes de 12 a 17 anos no final de agosto. Em resposta à inclusão do grupo na imunização contra o novo coronavírus feita por alguns estados e municípios, Queiroga disse que discorda da forma como as cidades têm feito mudanças nas orientações do PNI.

"O que nós discordamos é que, na ponta, municípios, de forma discricionária, façam alterações no que foi pactuado pela câmara técnica tripartite", enfatizou o ministro, que, anteriormente, já havia reclamado da mudança de orientações acertadas entre governo federal, estados e municípios. "Não há nada que seja decidido que não seja pactuado na tripartite. O que ocorre é que, na bipartite, se muda o que não deve mudar. Deveria se preservar as decisões do PNI. Nós temos trabalhado muito fortemente para que as decisões técnicas emanadas do grupo técnico do PNI sejam mantidas e cumpridas nas secretarias estaduais e municipais de saúde", salientou.

Ainda sobre o PNO, Queiroga afirmou que não vê mais a necessidade do uso das doses das vacinas Covaxin e Sputnik V, já adquiridas pelo Ministério da Saúde em fevereiro e março deste ano e fabricadas, respectivamente, na Índia e na Rússia. Segundo ele, a pasta não incluirá os imunizantes no PNI, já que eles ainda não obtiveram o registro definitivo ou aprovação do uso emergencial da Anvisa.

"O Ministério da Saúde já adquiriu cerca de 600 milhões de doses de vacinas. Então, não temos a necessidade dessas doses adicionais dos imunizantes que obtiveram essa licença de importação", disse Queiroga.

Programa de vacinação não precisa da Covaxin, diz ministro da Saúde

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse nesta quarta-feira (14) que o Ministério da Saúde não conta, para o Programa Nacional de Imunizações e campanha contra a Covid, com doses da vacina Covaxin. O imunizante, fabricado pela empresa Bharat Biotech, é atualmente alvo de investigação na CPI da Covid.

O mesmo valeria para a vacina Sputnik V, do Instituto Gamaleya, da Rússia. O motivo alegado pelo ministro seria a falta de registro ou aval para uso emergencial dos dois imunizantes, que possuem apenas autorização na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para importação mediante condições.

"O Ministério da Saúde já adquiriu 600 milhões de doses de vacinas, e não temos necessidade dessas doses adicionais desses dois imunizantes que obtiveram essas licenças de importação", disse o ministro, que frisou em seguida a situação da Covaxin.

"A vacina produzida pela Bharat Biotech, Covaxin, tem sido alvo de discussões. O Ministério da Saúde, através de sua diretoria de integridade, de integrantes da CGU e da nossa assessoria jurídica, orientou a suspensão desse contrato por questão de conveniência e oportunidade", disse o ministro.

"Portanto, o Ministério da Saúde não conta, dentro do PNI, com agentes imunizantes que não tenham obtido aval da Anvisa de maneira definitiva ou emergencial, porque entendemos que o que temos de doses já é o suficiente para imunizar a população brasileira até o final do ano", completou.

Recentemente, a pasta suspendeu um contrato que havia sido firmado em fevereiro com a Precisa Medicamentos, que representa a empresa Bharat Biotech, para obter 20 milhões de doses da Covaxin.

O ministério, no entanto, ainda avalia a possibilidade de cancelamento definitivo do acordo. A medida ocorre em meio ao avanço nas investigações em torno dos contratos sobre a vacina indiana.

A existência de denúncias de irregularidades foi revelada pela Folha com a divulgação do depoimento sigiloso de Luís Ricardo Miranda, chefe da divisão de importação da Saúde. Ele disse ao Ministério Público Federal em Brasília que recebeu uma "pressão atípica"

para agilizar a liberação da vacina.

As declarações do ministro ocorreram em audiência na comissão de **seguridade social** da Câmara dos Deputados.

No encontro, Queiroga comentou ainda a decisão de exonerar o diretor de logística, Roberto Ferreira Dias, envolvido em denúncias sobre a Covaxin e suposta cobrança de propina em outras negociações de vacinas -o que ele nega. "Todos que tenham seu nome envolvido em situações que não fiquem claras serão afastados", disse.

Segundo o ministro, o aval limitado à licença de importação se coloca como dificuldade tanto para a Covaxin quanto para a Sputnik V, na comparação com as demais vacinas.

"É apenas uma licença para importação, condicionada a 21 itens, e um deles é uma população de 1% do estado que pleiteou, controlado por estudos de efetividade", disse.

Questionado sobre a importação de doses da Sputnik V que vem sendo negociada pelos estados, os quais obtiveram o aval excepcional da Anvisa, Queiroga disse que deve apoiar a medida. Mas afirmou ver como baixo o impacto da inclusão da vacina no Programa de Imunizações.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49589>

Câmara suspende prova devida até o fim do ano

A Câmara dos Deputados suspendeu até o fim do ano a exigência de prova de vida de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) por causa da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. O projeto foi aprovado em votação simbólica. Como houve mudanças, volta ao Senado.

O texto muda a lei da **seguridade social** e acrescenta dispositivo que isenta de custas e emolumentos a lavratura de procuração pública e a emissão de sua primeira via para fins exclusivos de recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais administrados pelo **INSS**.

O projeto, relatado pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE), determina que os beneficiários farão a prova de vida anualmente, no mês de seu aniversário. Isso deverá ocorrer de preferência por meio de atendimento eletrônico com uso de biometria ou outro meio definido pelo **INSS** que assegure a identificação do beneficiário implementado pelos bancos que pagam os benefícios.

De acordo com o projeto, a prova de vida e a renovação de senha serão feitas pelo beneficiário, preferencialmente no mesmo ato, mediante identificação por funcionário do banco responsável pelo pagamento, quando não for feito por atendimento eletrônico com uso de biometria. (FP)

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/15-julho-2021/1o-caderno>

INSS vai descontar benefício

Martha Imenes martha.imenes@oglobo.com.br

Os beneficiários de aposentadoria, pensão ou outro tipo de auxílio previdenciário pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que receberam indevidamente o valor correspondente ao auxílio emergencial vão ter que devolver o dinheiro. Em portaria conjunta, o **INSS** e o Ministério da Cidadania regulamentaram as regras para fazer o desconto. Estão também na mira as pessoas que tiveram, por exemplo, a aposentadoria reconhecida de forma retroativa em períodos que tenham recebido, ao mesmo tempo, o auxílio emergencial. Ou seja, mesmo quem não tinha aposentadoria na época e recebeu auxílio terá que devolver o benefício.

De acordo com a portaria, haverá limite mensal de desconto de 30% da renda men sal. Os valores serão recolhidos pelo **INSS** por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Para chegar aos beneficiários, segundo a portaria, serão cruzados os dados no instituto e ainda no programa emergencial. A Dataprev, empresa de tecnologia do governo federal, será a responsável por esse pente-fino nos pagamentos.

E importante destacar que serão apurados os créditos indevidos nas três fases do programa emergencial de renda básica. Ou seja, de 2020 (parcelas de R\$ 600 e R\$ 300); e de 2021, com desembolsos mensais que variaram de R\$ 150 a R\$ 375.

Ainda conforme a portaria, os débitos serão apurados por competência e o desconto, que terá correção pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado em 9,22% nos últimos 12 meses até junho, ganhará lançamento, sob a rubrica 255 - "Desconto Acumulação Auxílio Emergencial".

O **INSS** encaminhará ao Ministério da Cidadania a lista individualizada referente ao valor da GRU com número de CPF, valor, tipo do benefício e o mês de referência do respectivo beneficiário. As informações relativas aos descontos serão disponibilizadas ao beneficiário por meio do extrato de pagamentos de benefícios do **INSS**.

Procurado, o Ministério da Cidadania informou que "o levantamento dos beneficiários e o prazo para início dos pagamentos ainda não foram concluídos".

"Importante ressaltar que a concessão dos benefícios

previdenciários tem efeitos retroativos, por isso a apuração do recebimento concomitante irregular só é viabilizada em períodos posteriores. Assim, o pagamento do auxílio emergencial foi correto, porém, foi configurado recebimento irregular devido aos efeitos retroativos dos benefícios previdenciários", explica em nota.

A medida, porém, pode ser questionada na Justiça posteriormente. De acordo com o advogado Rodrigo Tavares Veiga o segurado não pode ser penalizado pela demora na concessão do benefício.

-

Recurso em até 30 dias

Caso o segurado discorde do desconto será possível entrar com recurso no Conselho de Recurso da **Previdência Social** (CRPS) no prazo de 30 dias corridos a contar do primeiro pagamento com o corte..

O advogado Rodrigo Tavares Veiga chama atenção para o fato de o governo conseguir cobrar do cidadão depois que é efetuado pagamento, mas não consegue evitar o pagamento indevido.

- Esse problema criado pelo governo demonstra um erro de gestão que poderia ser facilmente evitável. Bastava fazer o próprio sistema bloquear o pagamento do auxílio emergencial a quem recebe benefícios previdenciários - avalia o advogado.

O percentual de desconto foi outro ponto destacado: - O problema vai ser descontar 30% por mês da parcela de aposentadoria ou pensão de quem recebe apenas um salário mínimo. Eu entendo que não seria possível, pois é inconstitucional o recebimento de benefícios previdenciários abaixo do salário mínimo. Isso viola o princípio da dignidade da pessoa humana - finaliza Rodrigo Veiga.

PARCELADO Vencimento será reduzido em até 30% por mês até saldo devedor ser quitado

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

CCJ tira direito à gratuidade em ação

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 3.814/2020, com relatoria do deputado Darci de Matos (PSD/SC), que altera os dispositivos legais referentes ao pagamento de perícias médicas judiciais. O PL determina que o brasileiro que tenha o benefício previdenciário, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, por exemplo, indeferido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), pague pela perícia médica.

Ou seja, somente vão poder entrar na Justiça para contestar a decisão do **INSS** as pessoas que tiverem dinheiro para pagar custas. O texto agora vai para avaliação do Senado. O advogado Guilherme Portanova, da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj), critica a aprovação do PL na Câmara: - (O projeto) fere o acesso à Justiça assegurado pela Carta Magna- adverte Guilherme Portanova.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Senado define regras de combate à violência política contra a mulher - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

O Senado aprovou na noite de terça-feira (13) o projeto de lei (PL) definindo normas para prevenção e combate à violência política contra a mulher. O texto contém os conceitos desse tipo de violência e prevê penas para os crimes. O texto teve origem na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em dezembro do ano passado, e agora segue para sanção presidencial.

O projeto conceitua violência política contra a mulher "toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher, bem como qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos seus direitos e das suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo".

O projeto determina que o estatuto do partido político deve conter normas sobre prevenção, sancionamento e combate à violência política contra a mulher. E faz alterações no Código Eleitoral para incluir a previsão de crimes contra a mulher na política. Dentre essas alterações, proíbe a propaganda que deprecie a condição da mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.

Dentre outras previsões legais, o projeto torna crime "o assédio, constrangimento, a humilhação, perseguição ou ameaça à candidata ou detentora de mandato eletivo, menosprezando sua condição de mulher com a finalidade de impedir ou dificultar sua campanha". A pena prevista é de reclusão de um a quatro anos, e multa.

A pena é aumentada em um terço se o crime for cometido contra mulher gestante, idosa ou com deficiência "Trata-se de regras necessárias a coibir as agressões e violações de direitos enfrentadas por mulheres na seara política, em especial na campanha eleitoral, período em que costumam sofrer maior exposição à violência, seja pelo partido político, pela família, por candidatas e candidatos, por autoridades, pela mídia, e que comprometem a participação igualitária da mulher", disse a relatora do projeto no Senado, Daniella Ribeiro (PP-PB).

A senadora ainda destacou que a violência contra a mulher na esfera política, além dos prejuízos diretos à

vítima, "pode passar a mensagem de que a esfera pública não é lugar para as mulheres e que sofrerão sanções caso insistam em disputar cargos eletivos".

As regras eleitorais seguem na pauta do Senado. Entre as proposições que podem ser votadas ainda esta semana estão as que preveem reserva de recursos para candidaturas femininas e reserva de pelo menos 15% das vagas para mulheres na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara legislativa e câmaras municipais.

Já a PEC 18/2021, apresentada pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT) com o apoio de outros 28 senadores, busca garantir que as candidaturas femininas sejam efetivamente financiadas pelos partidos políticos. A proposta, que tem como relator o senador Nelsinho Trad (PSDMS), insere na Constituição uma regra que foi introduzida em 2015 na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096, de 1995): a reserva mínima de 5% do fundo partidário para a criação, manutenção e promoção de campanhas de mulheres na política.

Alfabetização Os deputados estaduais aprovaram ontem o Projeto de Lei Ordinária nº 162/2021, que institui o Programa Alfabetizar Pra Valer, que estabelece as bases do Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa, ou seja, passa a abranger também o 3º Ano do Ensino Fundamental.

De acordo com a propositura, o PL trata de promover ajustes operacionais no Programa Alfabetizar Pra Valer, em decorrência dos impactos da pandemia do novo coronavírus sobre a atividade educacional.

Idade certa O objetivo do programa é fortalecer o regime de colaboração entre o Estado e os Municípios sergipanos na área de Educação, com foco na alfabetização das crianças até 7 anos de idade, estabelecendo as O deputado Iran Barbosa discursou durante ato contra a privatização dos Correios bases do Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa mediante o compartilhamento de informações, experiências e recursos entre a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC) e a Secretarias Municipais de Educação, propiciando a melhoria dos indicadores de qualidade da Educação Infantil nos eixos de alfabetização, suporte à gestão escolar, formação de professores e gestores, gestão

por resultados aplicado à Educação, entre outros fatores.

Bancários O deputado Luciano Pimentel (Sem Partido) parabenizou o Sindicato dos Bancários de Sergipe pelos 87 anos de fundação. "Pelo sindicato, eu passei por grandes nomes que sempre buscaram estar atuando em benefício e a favor da defesa e dos direitos dos bancários. Tem um papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores", falou o parlamentar. Pimentel foi funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal e foi superintendente estadual.

Urna eletrônica A sociedade brasileira confia e tem segurança no atual sistema eletrônico de votação. É o que traduz uma pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), divulgada na última semana, demonstrando que 63,7% da população acreditam que o modelo das urnas eletrônicas é transparente e seguro.

Para a coleta de dados, os pesquisadores da entidade ouviram 2.022 pessoas entre os dias 1 e 3 de julho, em 137 cidades de 25 Unidades da Federação. Segundo a Confederação, a pesquisa tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais. A pesquisa foi encomendada pela CNT e realizada pelo Instituto de Pesquisa MDA.

LDO Nesta quarta-feira, os deputados estaduais aprovaram o Projeto de Lei Ordinária nº 93/ 2021, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do Estado de Sergipe, para o exercício financeiro de 2022.

Na oportunidade, deputados apresentaram emendas modificativas e aditivas ao texto original.

Prioridades De acordo com o PL, de autoria do Poder Executivo, as prioridades elencadas no artigo 2º do referido Projeto de Lei correspondem aos 20 objetivos estratégicos do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (Lei nº 8.645, de 08 de janeiro de 2020) aprovado pela Alesse no final do exercício de 2019.

Também tem como prioridades para 2022, as 11 que foram incluídas por esta Casa Legislativa durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias dos anos anteriores e que fazem parte do atual PPA.

Receita De acordo com o projeto, apesar de já ter sido iniciada a campanha de vacinação, o Estado de Sergipe ainda encontra-se sofrendo os efeitos da pandemia da covid- 19. "No momento, alguns setores voltaram a funcionar com restrições. Tais efeitos, seja no próprio Estado ou em todo o país, podem ainda causar resultados negativos na receita, bem como

uma necessidade de despesas maiores para contenção dos efeitos causados", explica.

Estatuto O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 31 anos de sua implantação nesta semana, considerado hoje o principal instrumento do Brasil para garantir os direitos dessa parcela da população.

Na capital sergipana, esses direitos são assegurados pela Prefeitura de Aracaju, por meio dos equipamentos socioassistenciais geridos pela Secretaria Municipal da Assistência Social. No âmbito da Proteção Social Básica (PSB), todos os 17 Cras ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes com idade entre 0 a 17 anos.

Além disso, a Prefeitura mantém dois abrigos institucionais e quatro casas lares para a garantia da proteção integral à criança e ao adolescente em situação de risco em unidades residenciais.

Vacinas O deputado federal João Daniel (PT/SE) fez um apelo, durante a sessão da Câmara nesta quarta-feira, quanto à priorização na vacinação dos trabalhadores e das trabalhadoras da área de saneamento contra a Covid-19. Essa é uma reivindicação da categoria, diante da atividade que executa diariamente, atuando em atividade considerada essencial no enfrentamento à pandemia. Esta semana, o deputado João Daniel encaminhou ofício ao governador do estado, Belivaldo Chagas, apresentando uma solicitação feita pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto no Estado de Sergipe (Sindisan).

Aposentado O Tribunal de Justiça de Sergipe, por meio do seu órgão máximo, o Colegiado do Pleno, prestou homenagem ao desembargador Alberto Romeu Gouveia Leite, durante a sessão realizada nesta quarta-feira. O magistrado se aposentou nesta data. Tomou posse como desembargador, pelo critério de antiguidade, no dia 06 de abril de 2015. Foi Vice-Presidente do TJSE no biênio 2019- 2021.

Seguro Após pedir vistas, o desembargador Roberto Porto, apresentou, na Sessão Administrativa do Pleno desta quarta-feira (14), voto favorável a proposta de Projeto de Lei que institui o pagamento mensal de seguro aos dependentes de **servidores públicos** efetivos ou comissionados do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, estando na atividade de forma presencial, que tenham falecido em decorrência da covid-19.

R\$ 15 mil A proposta foi aprovada por unanimidade do

colegiado e será encaminhada para análise e votação da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese). Prevê a norma que o seguro é o valor indenizatório a ser pago em parcela única, em cotas-partes iguais, conforme o número de dependentes do servidor público efetivo ou comissionado no total de R\$ 15 mil.

Correios O deputado estadual Iran Barbosa (PT), participou, na manhã desta quarta-feira, do ato organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Sergipe (SINTECT/SE) com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em frente à agência dos Correios do Calçadão da Rua João Pessoa, no Centro da capital, contra a proposta do governo federal de privatização total da estatal. O Projeto de Lei nº 591/2021 já tramita na Câmara dos Deputados em regime de urgência.

Prejuízos Para o parlamentar, a venda da estatal trará enormes prejuízos para a população brasileira, especialmente as pessoas que vivem em localidades longínquas. Os Correios são a única empresa presente, sem exceção, em todos os municípios brasileiros, além de, diferente do que vem alardeando os defensores da privatização, a estatal tem fechado sucessivos balanços com lucros para o Estado brasileiro.

Problemas O deputado entende que essa privatização trará problemas concretos para a vida de todos os brasileiros e brasileiras. "Mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico, os serviços prestados pelos Correios ainda são muito importantes para a população.

São eles os responsáveis por muitos programas nacionais chegarem a todos os lugares do país, como a entrega dos livros do Programa Nacional do Livro Didático nas escolas públicas; a distribuição de vacinas para os programas de imunização em que o Brasil sempre foi referência mundial, entre outros", lembrou.

Entidades se mobilizam por greve contra reforma - SERVIDOR

Paloma Savedra

O Movimento em Defesa do Serviço Público, formado por diversas entidades sindicais, decidirá nos próximos dias 29 e 30 a possibilidade de uma greve geral em todo o país contra a reforma administrativa (PEC 32). O debate sobre uma paralisação unificada envolvendo servidores municipais, estaduais e da União já está tomando as categorias, e será nas plenárias que o funcionalismo baterá o martelo.

A proposta reformula o RH brasileiro: cria novas formas de ingresso no setor público e extingue a garantia de estabilidade para futuros servidores - exceto as carreiras de Estado, que ainda serão definidas por lei específica.

Diretor da Condsef e integrante do movimento, Rogério Expedito afirma que a mobilização é contra o fim da estabilidade, mas também em protesto a outras medidas previstas na PEC 32. "Há elementos no projeto que acabam com o serviço público. O texto permite financiamento privado na saúde e educação, que devem ser garantidas pelo Estado", diz Expedito, que também faz parte da coordenação do Fonasefe.

-

Categorias defendem garantia de estabilidade

A garantia de estabilidade para todo o funcionalismo, como já ocorre hoje, foi defendida ontem durante audiência da comissão especial da Câmara que analisa a reforma.

A reunião contou com a participação de representantes de diferentes carreiras, que alegaram riscos para o cumprimento da Constituição com o fim da estabilidade.

Durante o encontro, o relator da matéria, deputado Arthur Maia (DEM- -BA), lembrou que caberá ao Legislativo definir quais categorias estarão na lista das carreiras de Estado.

FORMAÇÃO DE GESTORES

Parceria garante bolsas para cursos

Estão abertas as inscrições para três programas on-

line, com aulas em tempo real, destinados a **servidores públicos** da União, estados e municípios.

Os programas têm o apoio da Parceria Vamos - formada pela Fundação Lemann, Instituto humanize e República.

org -, que irá conceder bolsas parciais para os profissionais interessados em participar.

Oferecidos por renomadas instituições de ensino - Fundação Dom Cabral, Fundação João Pinheiro e Insper (neste caso, há parceria com a Fundação Brava, além da Vamos) -, os cursos têm o objetivo de aprimorar a formação dos servidores na área de gestão de pessoas e de recursos humanos.

As inscrições podem ser feitas pelos seguintes links: [https:// bit.ly/3B6t7IT](https://bit.ly/3B6t7IT), <https:// bit.ly/36Fr28J> e <https://bit.ly/3wMg1gA>.

ESTADO DO RIO

42% dos servidores declararam bens

Até ontem, 14 de julho, cerca de 42% dos funcionários públicos ativos vinculados ao Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro entregaram a Declaração de Bens e Valores por meio do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos do Poder Executivo Estadual (Sispatri). O procedimento é obrigatório e deve ser cumprido até o próximo dia 30. Aqueles que não fizeram a declaração ficarão sujeitos a diversas sanções, como até mesmo desligamento do profissional.

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/07/15/202718/issue9279.pdf>

Sindicatos defendem greve do funcionalismo em protesto à Reforma Administrativa

Centrais sindicais mobilizam-se para propor uma greve em protesto à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, também conhecida como PEC da Reforma Administrativa. A mobilização é liderada pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a proposta de paralisação do funcionalismo será apresentada na próxima reunião do Fórum dos **Servidores Públicos** das Centrais Sindicais, na próxima semana.

Na sexta-feira (9), o Movimento em Defesa do Serviço Público começou um calendário de atividades de mobilização geral contra a PEC 32. O movimento é formado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical; União Geral dos Trabalhadores (UGT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Intersindical - Central da Classe Trabalhadora; Central Sindical e Popular (CSP) Conlutas; Pública Central do Servidor; Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe), Movimento Basta!; Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, e União dos Policiais do Brasil (UPB).

"É urgente e fundamental que se amplie a mobilização de todas as servidoras e de todos os servidores para lutar contra a PEC 32", destacou o movimento, em nota. "Essa mobilização, além de atingir todos os/as trabalhadores/as do setor público brasileiro, deve chegar à população em geral, que será gravemente atingida pela reforma, às Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas dos Estados, às/aos prefeitos/as, aos governadores/as, às organizações públicas e privadas." Em julho, sindicatos promoverão atividades como debate sobre os impactos da reforma no serviço público, além de organizar e planejar iniciativas de mobilização local, estadual e nacional. Em seguida, deverão ser realizadas plenárias estaduais para reunir e organizar a mobilização. No fim do mês, haverá um evento virtual nacional e no dia 3 está prevista uma mobilização na abertura das atividades do Congresso Nacional

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Reforço ao Bolsa Família

Fernanda Fernandes Vera Batista

A tributação de dividendos das empresas, que deverá ser implementada a partir da **reforma tributária**, financiará o reajuste do Bolsa Família prometido pelo governo para novembro. Em live do jornal Valor Econômico, ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a aprovação da reforma com o texto atual permitirá a injeção de R\$50 bilhões no programa social, com um reajuste de 20%, índice inferior ao prometido pelo presidente Jair Bolsonaro no mês passado.

"Por sermos um país carimbador, teremos que pegar os dividendos e falar que uma parte será permanente para o Bolsa Família. Dá tranquilamente para pagar os 20% adicionais que o programa precisa, podia ser até mais, mas não vamos aumentar tanto assim, vamos aumentar só um pedaço", disse o ministro.

Eletrobras

O ministro também fez referência ao Bolsa Família ao comentar a privatização da Eletrobras. Segundo Guedes, a venda da maior empresa de energia elétrica da América Latina pode até render votos ao presidente Jair Bolsonaro e dar um novo gás à reeleição, em 2022. "Tem gente dentro do governo que acha que vender a Eletrobras tira voto. Eu acho que isso dá voto, em vez de tirar", afirmou.

Guedes disse que o dinheiro arrecadado com a estatização poderá servir para dar uma "chuveirada" de renda aos mais vulneráveis. "Que tal se desse dinheiro da venda, pelos menos uns 30% fossem para os cidadãos mais frágeis? Será que, em vez de fazer redistribuição de renda, será que não aprendemos algo com o efeito riqueza? Que tal para alguém que ganha R\$ 250 do Bolsa Família todo mês, se de repente ganhasse R\$ 3 mil? E se isso for fruto da desestatização, será que a opinião pública não muda?", especulou o ministro. A ideia não é nova. Ele já havia citado a possibilidade, que acabou mencionada novamente diante do cenário de queda de popularidade de Bolsonaro.

Para João Vítor Stüssi Velloso de Andrade, especialista em macroeconomia e sócio do Chenut Oliveira Santiago Advogados, não é factível uma decisão sobre a Eletrobras este ano, em razão de procedimentos políticos e de definição da oferta. No entanto, para 2022, mesmo sendo ano eleitoral, ela pode se concretizar. O resultado da negociação, por

outro lado, "é um bingo", afirmou. Críticos da privatização afirmam que, finda a negociação, a conta de luz vai ficar mais cara para o consumidor. Segundo Velloso de Andrade, no entanto, "não dá para garantir se sobe ou não o custo da energia elétrica. Vai depender de como a nova empresa vai avaliar", ponderou.

Falhas e virtudes na reforma do IR

ROSANA HESSELISRAEL MEDEIROS

A segunda etapa da **reforma tributária** do Executivo, que trata de mudanças no Imposto de Renda, continua colecionando polêmicas e não deverá ser votada antes de agosto, de acordo com líderes das bancadas da Câmara dos Deputados. "A votação só deverá ocorrer em agosto, pós-recesso", afirmou líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB). Parlamentares dizem que não há consenso para uma votação às pressas do PL 2337/2021, pois o recesso parlamentar começa a partir do próximo dia 18.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vinha sinalizando que pretendia votar a matéria nesta semana, mas o relator do projeto, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), ficou de protocolar o relatório preliminar apenas na sexta-feira (16). Apesar de Sabino ter feito mudanças no texto que agradaram ao mercado financeiro - como a volta da isenção do Imposto de Renda sobre Fundos de Investimento Imobiliário (FII) -, analistas ainda apontam problemas na proposta e citam medidas impopulares. Um dos exemplos é o aumento de carga tributária para as empresas, que poderá variar de 27% a 98% (dependendo do regime), conforme os cálculos do tributarista Ilan Gorin. Ele não considerou, na conta, o impacto da primeira fase de **reforma tributária** sugerida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Essa proposta trata da unificação das alíquotas de PIS-Cofins em 12%, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que também vai pesar para as empresas.

Entre os pontos polêmicos para o trabalhador na proposta de reforma do IR, destacam-se a isenção dada às empresas para oferecer tíquete alimentação e a revogação da desoneração de PIS-Cofins sobre medicamentos de uso contínuo. Essa última medida poderia provocar um aumento de 10% no preço dos remédios, segundo ofício da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma). A assessoria do relator informou que o deputado não recebeu o documento.

O PL 2337/2021 atualiza a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), elevando de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil o limite salarial mensal para a isenção da declaração anual. O relatório preliminar de Sabino ainda prevê a redução de 15% para 2,5% no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e mantém a tributação de 20% sobre dividendos e o fim da dedução do Juro sobre Capital Próprio (JCP). De

acordo com o relator, haverá uma redução de R\$ 30 bilhões na carga tributária. Contudo, esse valor ainda não tem a sua compensação bem detalhada, de acordo com analistas.

Na apresentação de Sabino feita aos líderes, ele incluiu uma receita não recorrente, de R\$ 14 bilhões, resultado da tributação dos estoques de fundos de investimento fechados. Essa receita só vai ocorrer em 2022, se o PL for aprovado. "Eles estão vendendo um pacote que parece melhor do que apresentado pelo Executivo, mas deixam a entender que o governo vai recuperar essa renúncia lá na frente com a CBS", destacou a professora de direito tributário da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV-RIO) Bianca Xavier. A especialista lembrou que, no caso do fim da isenção das empresas que fornecem tíquetes-alimentação aos funcionários, esse benefício para o trabalhador existente desde 1976 poderá ser extinto.

Bianca Xavier também comentou outros pontos. "O relatório melhorou muito em relação à proposta original, que era muito ruim. Ninguém é contra a tributação de dividendos, desde que seja compensada pela redução da tributação equivalente sobre a pessoa jurídica. Mas a proposta continua com vários pontos negativos. Ainda há muito para ser aperfeiçoado", explicou a professora da FGV. Um dos problemas da proposta, com risco de judicialização, é a tributação de lucros das coligadas no exterior, mantida pelo relator.

Ajustes

Parlamentares também veem que é preciso melhorar a proposta de reforma do IR. O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) nota mudanças positivas no texto do relator. Segundo ele, uma série de problemas enfrentados por empresas com o sistema tributário atual podem ser superados. "O projeto avançou nos pontos que devia avançar. Agora há um maior equilíbrio para os donos de empresas na tributação dentro ou fora da empresa. O IRPJ diminuiu proporcionalmente com relação à tributação nos lucros e dividendos, e isso tem efeitos variados na sociedade e nas empresas. Com a proposta, aqueles que pagavam pouco imposto passam a pagar mais. Então, nesse sentido, o projeto está no caminho certo", afirmou.

O deputado ponderou, no entanto, que o fim da dedução dos Juros Sobre Capital Próprio (JCP) das bases do IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro

Líquido (CSLL) é um ponto a ser revisto. Ele notou que o projeto cria regras mais claras quanto à Distribuição Disfarçada de Lucros (DDL). O relator Celso Sabino incluiu uma exceção, permitindo que as empresas destinem recursos para a capacitação de sócios, administradores ou titulares em áreas afins com a da empresa.

Fonteyne disse que benefícios, como vale refeição ou plano de saúde, não devem ser encarados como DDL. "Plano de saúde para sócios, eu não vejo isso como distribuição de lucros, é um benefício. Mas casa na praia, jardineiro, empregada, isso é necessário investigar para evitar uma distribuição disfarçada. Agora vale refeição, por exemplo, não deveria ser considerado", opinou.

Para o deputado federal Fábio Trad (PSD-MS), a **reforma tributária** que o governo propõe não é, de fato, uma reforma. Enquanto o país não fizer uma mudança ampla, argumenta, não será possível superar o status de um dos piores sistemas tributários do mundo. Porém, ele concorda com a essência do projeto e avalia que a reforma apresentada tem mais acertos do que erros. Trad considerou a desoneração de empresas positiva, mas entende que ela deve acontecer com cautela.

Também concordou com a tributação de dividendos, para que o Brasil se equipare aos países desenvolvidos. O parlamentar discordou da estimativa do relator de que as perdas de arrecadação resultantes do seu parecer, no valor de R\$ 50 bilhões, podem ser cobertas apenas com o efeito indireto da reforma na economia. "É possível projetar? Sim, mas ele [o relator] não tem os dados concretos para isso. Essa previsão é incerta", disse.

Trad também considerou positivas as revisões propostas em incentivos fiscais e renúncias da União. "Não temos hoje mecanismos que permitam fiscalizar esses setores isentos. Portanto, eu penso que o projeto vai na direção correta", afirmou.

Atividade recua 0,5% em maio

A atividade econômica brasileira teve recuo de 0,4% em relação a abril, de acordo com dados do IBC-Br divulgados ontem pelo Banco Central. Em comparação a maio do ano passado, quando a pandemia já provocou graves danos ao Brasil, houve alta de 14,2%. Na comparação trimestral, o resultado registrado entre março e maio é 0,3% inferior ao apresentado nos três meses anteriores. Nos primeiros cinco meses do ano, o índice teve alta de 6,6%. Nos últimos doze meses, o IBC-Br registra uma variação positiva de 1,07%, resultado que significa uma melhora em relação ao pior momento da pandemia na

economia nacional. Para o economista Riezo Almeida, a queda registrada em abril ocorreu porque a taxa de juros da economia está em alta constante, em uma estratégia do Banco Central para conter a **inflação**.

Amazônia queima e quebra recorde de emissões de carbono - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Pela primeira vez na história, a Amazônia emite mais carbono do que consegue absorver. Segundo pesquisa liderada pela brasileira Luciana Gatti, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as queimadas destinadas a "limpar" terras para a produção de carne e soja são as principais responsáveis pelo aumento explosivo das emissões. De 2010 a 2018, as queimadas na Amazônia brasileira lançaram, por ano, 1 bilhão de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, sendo que apenas 18% desse volume foram absorvidos pela floresta. As maiores emissões ocorreram nos estados do Pará e Mato Grosso, regiões fundamentais para o agronegócio brasileiro. Por mais que o governo Bolsonaro tenha ignorado a questão - e até estimulado agressões à natureza -, o Brasil não pode dar as costas para o problema. A Amazônia é um patrimônio nacional que precisa ser protegido, e não explorado de maneira inescrupulosa.

Companhia aérea Norwegian desiste do Brasil

A companhia aérea norueguesa de baixo custo Norwegian chegou ao Brasil em 2019 com a promessa de revolucionar o setor ao oferecer passagens mais baratas do que a concorrência. A empresa, porém, jamais emplacou no país e ainda teve o azar de enfrentar uma pandemia pelo caminho, o que a obrigou a suspender os voos. Agora, a Norwegian decidiu deixar de vez o mercado brasileiro, mesmo diante da expectativa de retomada da economia nos próximos meses. Não deu liga entre a companhia e os brasileiros.

Empresas aceleram retomada de voos

O setor aéreo recupera-se rapidamente. Essa é a principal conclusão de um estudo realizado pela empresa de cartões Mastercard. De acordo com o levantamento, um quinto dos países retomou 90% dos voos domésticos, mas nações como Austrália, Estados Unidos e França até superaram os níveis pré-pandemia. A situação no Brasil não é ruim, mas poderia ser melhor: no mercado nacional, 64% dos voos foram reativados. O que surpreende é a recuperação das viagens corporativas - metade delas já voltou.

WhatsApp dissemina 90% das fake news

Sabe o que é preciso fazer para combater a disseminação de fake news? A resposta é criar algum mecanismo de verificação no WhatsApp. Segundo estudo da empresa de segurança Kasperky, a rede de troca de mensagens é responsável por 90% dos conteúdos fraudulentos que circulam na internet. O WhatsApp é um colosso global, usado rotineiramente por 2,7 bilhões de pessoas. No Brasil, está instalado em 98% dos celulares. Para muita gente, o que está escrito no app é verdade - mesmo grandes mentiras.

R\$ 376,6 bilhões

é quanto o turismo brasileiro perdeu durante a pandemia, segundo cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

"A reforma está toda certa. A dose é que estava errada

"Paulo Guedes, ministro da Economia, sobre os ajustes na **reforma tributária** apresentada pelo governo

Rapidinhas

Não vai demorar para que os carros elétricos se tornem mais lucrativos do que os veículos movidos a gasolina. Para a alemã Volkswagen, que investirá 35 bilhões de euros em automóveis desse tipo, o ano de 2025 representará a virada do setor, inaugurando uma nova era na indústria. As fabricantes que não investirem em eletricidade estarão condenadas.

A Europa ferve com a discussão sobre veículos elétricos. Nesta semana, a França anunciou que é contrária à meta da União Europeia de cessar por completo as vendas de carros com motor de combustão até 2035. Empresas francesas, como Renault e Stellantis, defendem a possibilidade de modelos híbridos permanecerem mais tempo no mercado.

A americana Microsoft formalizou a compra da empresa de segurança cibernética RiskIQ por US\$ 500 milhões. O tema ganhou relevância com o avanço dos ataques de hackers e é uma das preocupações mais urgentes do mundo corporativo. Nos últimos dois

anos, a Microsoft realizou outras duas aquisições na área.

A Qualicorp vai destinar R\$ 585 mil para premiar 90 projetos culturais nas categorias música, dança, teatro e poesia. A iniciativa faz parte do Qualicult, primeiro concurso cultural da administradora de planos de saúde. Os vencedores serão anunciados em 22 de julho pelo ator e diretor Aílton Graça.

Nova proposta para IR tira até R\$ 27 bi dos cofres de Estados e municípios

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A queda de arrecadação prevista com as mudanças no Imposto de Renda vai pressionar Estados e municípios, que ficarão com a maior parte dessa conta. A perda deve ficar entre R\$ 23 bilhões e R\$ 27 bilhões, segundo cálculos de tributaristas consultados pelo "Estadão".

Em reação, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou uma nota classificando a nova versão do texto como "escândalo".

O parecer do relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), prevê uma diminuição total da carga de até R\$ 30 bilhões, resultado de medidas como o corte da alíquota do IR das empresas de 15% para 2,5%.

Na prática, governadores e prefeitos assumiriam entre 77% e 90% do impacto total.

"É fácil fazer bondade com o chapéu alheio", disse o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy. Pelos seus cálculos, a redução da receita para governadores e prefeitos será de cerca de R\$ 23 bilhões.

Segundo ele, ao concentrar o impacto com as medidas, o parecer vai na contramão do que precisaria ser feito para melhorar a tributação no País.

A Constituição determina que 46% das receitas do IR devem ser repassadas para os governos regionais. Outros 3% são destinados aos fundos de desenvolvimento regional.

Segundo apurou o Estadão, cálculos que estão sendo levantados pelos Estados apontam uma perda maior, de até R\$ 27 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões para Estados e R\$ 13 bilhões para municípios.

Já as medidas incluídas pelo relator para compensar a perda na arrecadação, como o fim de isenções para 20 mil empresas, estão concentradas em **tributos** que não são divididos com governadores e prefeitos.

O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, cobrou transparência nos números. "Nossas estimativas preliminares mostram que de 75%

a 90% da perda de arrecadação seria dos Estados e municípios", diz.

Ele ressalta que a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - tributo que também incide sobre o lucro das empresas, mas não é dividido entre União, Estados e municípios - não foi mexida no projeto. Segundo Cardoso, os cofres estaduais perdem também com a correção da tabela do IR das pessoas físicas, já que o imposto é retido na folha dos servidores.

Pelos seus cálculos, o Rio Grande do Sul perde 10% da arrecadação do IR na fonte, ou R\$ 300 milhões por ano. Se esse valor for extrapolado para todos os Estados, a perda ficaria entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, diz que o governo paulista vai perder menos por causa do critério de divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que impõe ao Estado uma parcela menor. Pelos cálculos preliminares da equipe de Meirelles, a perda ficará entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões. "Mas os Estados estão reclamando porque o projeto é voltado para resolver o problema federal, não é projeto de **reforma tributária** nenhum", critica.

"Não concordamos e lamentamos profundamente", disse o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Segundo ele, a entidade vai mobilizar sua base no Congresso. "O relatório é um escândalo, tanto por desonerar a renda das empresas e pessoas mais ricas do País, num momento em que o mundo tenta avançar em sentido contrário, quanto por produzir um rombo de pelo menos R\$ 30 bilhões nas contas públicas", diz a entidade em nota.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma do IR exige mais ajustes, dizem especialistas

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A forte desoneração do Imposto de Renda (IR) das empresas prevista no parecer do relator do projeto de **reforma tributária**, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), pode acabar levando ao aumento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), proposta do novo tributo para a fusão do PIS e Cofins.

Esse é um dos riscos apontados por especialistas com a redução agressiva da alíquota de 25% para 12,5% da alíquota do IRPJ proposta pelo relator com apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A votação da CBS, prevista no projeto da primeira fase da **reforma tributária** que foi fatiada pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheca, perdeu a prioridade na votação com as discussões do projeto de lei que reforma o IR das empresas e das pessoas físicas, enviado ao Congresso há menos de 15 dias e que foi completamente repaginado pelo relator.

O Estadão procurou especialistas para avaliarem os pontos do parecer que ainda precisam ser ajustados e os riscos de mudanças feitas com a decisão do relator de garantir uma redução agressiva da carga tributária do IR (leia as análises nesta página).

Uma das preocupações é de que a reforma fatiada não permite avaliar o impacto das mudanças por completo, o que pode trazer riscos mais à frente.

A decisão do relator de retirar do projeto as medidas de combate à sonegação e elisão fiscal (formas que as empresas usam para pagar menos **impostos** ou dilatar o pagamento ao longo do tempo de maneira que se torne, na prática, inexistente) também são vistas com grande preocupação.

"Depois que reduzir o IRPJ, ele não sobe mais, mas sobe a CBS", alerta a tributarista Elisabeth Libertuci, sócia do escritório Lewandowski Libertuci.

A pesquisadora Grazielle David, da Tax Justice Network, organização internacional de pesquisa e defesa da justiça fiscal, baseada na Inglaterra, diz que a proposta de redução excessiva do imposto às empresas altera elementos fundamentais da tributação no País. "Fica cada vez mais distante a possibilidade

de reduzir a regressividade do sistema tributário", diz. A regressividade ocorre quando quem ganha menos paga proporcionalmente mais do que os mais ricos com mais elevado.

Para Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), da forma como ficou, o texto incentiva a pejetização, quando um trabalhador se torna um prestador de serviço, atuando como pessoa jurídica.

I Avaliação

"Depois que reduzir o IRPJ, ele (o tributo) não sobe mais, mas sobe a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)." Elisabeth Libertuci TRIBUTARISTA

-

Grazielle David, Pesquisadora da Tax Justice Network

TEXTO VAI NA 'CONTRAMÃO DO MUNDO'

"A carga tributária no País é extremamente regressiva (prejudica os mais pobres), e a única forma de mudar isso é fazer uma redistribuição dessa carga - sair dos **tributos** sobre consumo e migrar para o Imposto de Renda, riqueza, propriedade e patrimônio.

A proposta vai muito na contramão do cenário internacional. Ainda que a atual alíquota da PJ seja muito alta, em torno de 34%, estamos falando de alíquota nominal. Quando a gente olha para uma alíquota efetiva, que permite uma comparação no cenário internacional, a nossa alíquota mais alta estava em torno de 22%.

Com a reforma, a alíquota efetiva será possivelmente inferior aos 15% discutidos no cenário internacional.

Então, o Brasil vai ficar com uma alíquota parecida com paraíso fiscal para empresas? As grandes corporações vão sair lucrando muito com isso."

-

Elisabeth Libertuci, Sócia do escritório Lewandowski Libertuci

RISCO DE AUMENTO DE **IMPOSTOS**

"O que está sendo feito é sair na frente para resolver o Imposto de Renda por conta da ideia fixa de tributar dividendos para depois aprovar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Vão deixar a mão mais pesada ainda na CBS, que já tem uma série de problemas. Tenho seriíssimas dúvidas se isso tem o aval da Receita.

Quando falam que quem vai pagar a conta são 20 mil empresas (sobre as quais a proposta retira incentivos fiscais), está tudo em ordem com a parte jurídica?

Pode tirar o benefício do dia para a noite? É um tiro no escuro. Espero que os cálculos estejam bem feitos. Depois de reduzir, o IRPJ não sobe, mas sobe com a CBS."

-

Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

INCENTIVO PARA A PEJOTIZAÇÃO

"Do ponto de vista das empresas, o relatório ficou bem melhor. A carga sobre o lucro distribuído na versão anterior estava bastante salgada, mas tem problemas seriíssimos. Algumas das distorções do relatório inicial foram mantidas. Uma delas foi ampliada: o estímulo à pejotização.

A empresa de um profissional liberal com lucro de R\$ 20 mil hoje paga 9,6% de IR e CSLL, o que é baixo, na comparação com um empregado formal com a mesma renda (27,5% de IRPF). Com a proposta do governo, já tinha caído para 7,6% e, com o parecer do relator, caiu para 4,6%. Ampliou a distorção, na contramão do que tem de ser feito.

Vai ter empresa se fragmentando para ficar no limite de R\$ 4,8 milhões anuais. Na prática, está desonerando a renda para aumentar a tributação do consumo, o oposto do que o Brasil precisa fazer."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para Guedes, retomada vai abater perdas

EDUARDO LAGUNA e EDUARDO RODRIGUES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o buraco de R\$ 30 bilhões aberto pela proposta de reforma do Imposto de Renda não preocupa o governo federal, em razão da recuperação da atividade. Segundo ele, a arrecadação do primeiro semestre ultrapassou em R\$ 100 bilhões o esperado. "Se errarmos por R\$ 30 bilhões, já está pago antes de começar a reforma", afirmou, em live promovida pelo jornal Valor Econômico.

O Estadão mostrou, no entanto, que o buraco previsto com as mudanças propostas pelo relator do texto na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDBPA), em acordo com a equipe econômica, preocupam a ala "fiscalista" do ministério, pelos seguidos rombos nas contas públicas desde 2014 e pelo patamar elevado da dívida pública, próximo de 100% do **PIB**.

Guedes admitiu que a primeira proposta do governo de reforma do IR, entregue pessoalmente por ele ao Congresso no fim do mês passado, tinha erros na calibragem das alíquotas. "Eu errei na dosimetria da **reforma tributária**."

O importante é reconhecer o erro, recuar e corrigir o mais rápido possível", afirmou.

O ministro disse que o governo consegue reduzir com segurança o imposto cobrado das empresas em 10 pontos percentuais, de 15% para 5% na alíquota básica. Caso os cortes previstos dos subsídios funcionem, e com a economia voltando a crescer, Guedes sustentou que será possível promover um segundo corte, de 2,5 pontos percentuais, levando a alíquota para 2,5%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rombo de R\$ 30 bi na reforma acende sinal de alerta

JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOHARAE ELIANE OLIVEIRA *economia@oglobo.com* e Sio MULO E RIO

O rombo de R\$ 30 bilhões previsto no relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) com a mudança nas regras do Imposto de Renda preocupa economistas que acompanham as contas públicas. A avaliação é que a proposta não trará crescimento suficiente para compensar a perda de arrecadação. E a redução à metade dos **tributos** para empresas -de 25% para 12,5% -afetará o caixa de estados e municípios, com os quais a União compartilha essa receita.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, contudo, afirmou ontem, em transmissão ao vivo realizada pelo jornal Valor Econômico, que "não tem problema". Segundo ele, o aumento da arrecadação de R\$ 100 bilhões este ano, acima do previsto, já seria suficiente para compensar a redução da entrada de recursos nos cofres públicos em razão do corte de **tributos**.

- Esse aumento de arrecadação é estrutural, é só o nível do **PIB**. Mesmo se o **PIB** crescer zero daqui pra frente, só a voltado **PIB** até agora já significa um aumento de R\$ 100 bilhões acima do previsto. Então, se erramos os R\$ 30 bilhões na reforma, não tem problema. Já está pago, antes de começar a reforma já está pago -disse o ministro.

Guedes ressaltou que gostaria que o impacto da proposta fosse neutro, mas afirmou que é melhor errar na direção de uma redução de carga tributária do que de um aumento. Cálculos divulgados pela Receita antes das alterações feitas pela relator indicavam aumento de R\$ 6,15 bilhões na arrecadação em três anos.

CONSUMO E FOLHA DE SALÁRIO

Para o economista Bernard Appy, fundador do Centro de Cidadania Fiscal e um dos mentores da **reforma tributária** prevista na PEC 45, que foi deixada de lado pelo governo, se a avaliação da União é que há espaço fiscal para reduzir os **impostos** das empresas à metade, seria possível tratar de duas bases que são sobretaxadas no país: a folha de salário e o consumo.

-O efeito no crescimento do país, na formalização de empresas e na justiça distributiva seria maior-disse

Appy.

O economista lembra que a Reforma da Previdência trouxe uma redução de despesas em dez anos estimada em R\$ 1 trilhão. No mesmo período, os termos da reforma do IR resultam em perda de R\$ 300 bilhões em arrecadação.

-Não faz sentido. Temos um problema fiscal, e o governo poderia aumentar o IR sobre aplicações financeiras e de brasileiros de alta renda para reduzir a tributação do consumo e da folha de salários -disse Appy.

Ele resalta que a redução da tributação do lucro das empresas não foi positiva em termos de crescimento econômico dos países que a adotaram.

Para Fábio Klein, economista da Tendências Consultoria e especialista em macroeconomia e finanças públicas, qualquer R\$ 1 bilhão de perda de arrecadação para um país que trabalha com déficit fiscal preocupa. Para ele, não faz sentido perder R\$ 30 bilhões, valor que vai impactar negativamente as contas do governo: -E a perspectiva de déficit no médio e longo prazos piorou. Na nossa estimativa, o país só volta ao superávit primário em 2026. Além disso, com a **inflação** ampliando o teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas públicas) e a possibilidade de mais R\$30 bilhões em despesas do governo, em 2022, o déficit pode aumentar em R\$ 60 bilhões.

Para ele, chama a atenção o fato de Guedes avaliar que está tudo bem perder R\$ 30 bilhões em receita:

-Este ano e no próximo, a dívida pública deve ficar em 86% do **PIB**, uma queda em relação a 2020, quando ficou em 89,3% do **PIB**. Mas os motivos dessa queda não são nobres. Tem **inflação** e as devoluções do BNDES ao governo. É uma queda conjuntural, que esconde problemas estruturais. Deve subir em 2023, ainda mais se houver perda de arrecadação em 2022.

QUALIDADE DOS **TRIBUTOS**

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, a proposta do governo vai na direção correta ao reduzir **impostos** de empresas:

-Já não existe a percepção de controlar a dívida pública a qualquer preço. A relação dívida/**PIB** que temos pode ser bem maior, sem causar inflação. Atualmente, o objetivo é melhorar a qualidade dos tributos, com redução de carga.

Ele avalia que a perda de arrecadação bate nas contas de estados e municípios, mas a União deveria fazer mecanismos de compensação.

Parlamentares lançam frente pela desoneração da folha

Uma frente parlamentar com 194 deputados e seis senadores foi lançada, ontem, em defesa da desoneração da folha de pagamento.

A ideia é que a medida, em vigor até dezembro, seja permanente e para todos os setores. Haverá audiências públicas para fazer um texto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

RECALIBRAGEM TRIBUTÁRIA (3)

Alterações no sistema de **impostos** são sempre sensíveis devido à complexidade e à variedade de interesses envolvidos. Mas, mesmo ciente do quanto o tema é intrincado, o governo federal apresentou, na segunda fase de sua **reforma tributária**, uma proposta de mudanças no imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas sem a necessária transparência nem cálculos claros para justificar as alterações. Como após as primeiras análises concluiu-se que se aumentaria de maneira significativa a carga sobre as empresas, muitas já debilitadas pela pandemia, os protestos fizeram o Planalto ceder, mas ainda não de uma forma adequada.

Vai na direção correta o texto do relator do

projeto na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), no sentido de reduzir alíquotas de IRPJ e aliviar a mordida para as companhias. Afinal de contas, é quem move a economia e gera a esmagadora maioria dos empregos. Mas foi mantida uma oneração maior especialmente para a classe média, que pagará a conta do alívio para parte dos estratos inferiores, como a ampliação da faixa de isenção do IRPF. E falsa a dicotomia entre o tratamento dado a empresas e a cidadãos. A população, de maneira semelhante ao mundo empresarial, é parte essencial para a atividade econômica, tanto pelo

consumo quanto pela poupança.

Se é correta a suavização da proposta para as empresas, que já investem energia e custos demasiados apenas para apurarem o que têm de recolher, é equivocado apertar ainda mais o torniquete sobre o bolso da classe média, que também não vive dias de pujança, dadas a magnitude e a duração da crise dos últimos anos. Assim, a solução definitiva ainda precisará ser encontrada, somando-se a medidas que existem na maioria dos países do mundo, como a taxação de dividendos.

Como abriu mão de uma verdadeira **reforma tributária**, com a unificação de vários **impostos** federais, estaduais e municipais, que traria ganhos de

eficiência e custos, o governo terá agora de participar ativamente no Congresso da costura de um texto equilibrado, com projeções claras e didaticamente explicadas, mas principalmente que traga maior justiça tributária, sem asfixiar o setor produtivo e as classes médias. Novas recalibrações serão necessárias, como se vê. Ao mesmo tempo, o Executivo deve tratar de

mexer na essência da máquina pública, sustentada pelos **tributos** recolhidos da sociedade, hoje exageradamente pesada e ineficaz. As saídas têm de ser buscadas nas colunas da receita e da despesa.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2022015&edicao=9081#page/1>

Reforma tributária afeta vale-alimentação

A nova versão da reforma do Imposto de Renda elaborada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e pelo relator, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), elimina a possibilidade de empresas deduzirem o vale-alimentação da base de cálculo do Imposto de Renda e também a previsão de taxar recursos de brasileiros em paraísos fiscais.

Hoje, as empresas que optam pelo regime de pagamento do lucro real podem deduzir o valor destinado ao benefício. Para isso, elas devem aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador - criado na década de 1970 para incentivar empresas a destinarem recursos à alimentação de empregados de baixa renda.

"O que o substitutivo fez foi retirar essa possibilidade", diz o deputado Vinicius Poit (Novo-SP), que participou das discussões. Caso o texto seja aprovado, a dedução valeria apenas para os auxílios pagos no ano-calendário de 2021.

De acordo com os cálculos apresentados por Sabino a líderes do Congresso, a medida eleva em R\$ 1,5 bilhão a arrecadação federal. O valor é apenas uma fração do corte no IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) promovido pelo texto.

A proposta corta 12,5 pontos percentuais da alíquota, gerando um alívio de R\$ 98,1 bilhões para as empresas brasileiras sem medidas compensatórias suficientes e deixando um rombo de R\$ 30 bilhões para as contas públicas.

Na iniciativa privada, entre as mais afetadas estão as empresas intermediadoras desses benefícios - que devem ver menos interesse das companhias em pagar esses auxílios. A Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) foi surpreendida com a informação nesta semana. A diretoria da entidade, que representa empresas como Alelo e Sodexo, ainda está analisando a proposta.

Investidor

A nova versão da reforma também traz um alívio nas regras para investidores na comparação com a proposta original. O relatório cria exceções para a tributação anual dos chamados fundos de investimento fechados - instrumento que permite o pagamento de **impostos** somente no resgate da aplicação (até lá, o fundo pode movimentar os recursos livremente sem ser taxado). Os fundos fechados têm vantagem em

relação aos demais investidores. A pessoa física, por exemplo, paga ao resgatar cada investimento tributável. Já os fundos abertos pagam **tributos** duas vezes ao ano (uma cobrança chamada de *come-cotas*).

O projeto de lei original enviado pelo governo ao Congresso em 25 de junho cria a tributação anual de 15% para os fundos fechados. Mas a nova versão, apresentada na terça-feira (13) a líderes partidários, adiciona série de exceções à regra. Uma delas são os fundos de investimento imobiliários, instrumento difundido no mercado e alvo de preocupação entre investidores devido às eventuais alterações.

Também vão escapar da tributação anual os fundos de infraestrutura (FIP-IE), de pesquisa, desenvolvimento e inovação (FIP-PD), os ligados a cadeias produtivas agroindustriais (Fiagro) e outros. "Estamos trazendo a desoneração de fundos relacionados a investimentos importantes do país, principalmente na área de infraestrutura", afirmou Sabino.

Outra exceção criada foi para fundos de investimento constituídos exclusivamente por investidores residentes ou domiciliados no exterior.

Bianca Xavier, professora da FGV Direito Rio, afirma que a medida pode ser positiva por evitar a expulsão de capital estrangeiro - mas, por outro lado, pode gerar uma brecha para que brasileiros usem empresas fora do país (*offshore*) para driblar a regra. "Se você tem uma *offshore*, traz uma situação de planejamento tributário", afirma. "Mas, ainda assim, você teria mais benefícios em termos de política fiscal ao não fechar uma porta para o capital estrangeiro", diz.

Também foram retiradas regras que combatem a chamada *elisão fiscal* (quando contribuintes usam artifícios para escapar da tributação). O projeto original do governo passava a cobrar **impostos** sobre lucros de empresas de brasileiros domiciliadas em paraísos fiscais - mesmo que os recursos não fossem trazidos para o Brasil. A nova versão eliminou esse trecho.

De acordo com Sabino, as regras contra a *elisão* foram deixadas para um projeto futuro - mas não foi dito quando tal texto será apresentado. A medida é recomendada internacionalmente, inclusive pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para combater a erosão da base tributária. (Folhapress)

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/15-julho-2021/1o-caderno>

Reforma tributária e o carimbador maluco

(2)

Paulo Rosenblatt *

A geração Y (milênio) conheceu os videogames. Jogos eletrônicos, em geral, são programados em fases por dificuldade, como as propostas de reforma tributária do governo federal. A primeira pretende substituir Pis e Cofins pelo Imposto sobre Bens e Serviços e atingiria até livros! Agora é a vez do Imposto de Renda.

O prêmio Nobel de economia Richard Thaler, em *Misbehaving* - a construção da economia comportamental, nota que a política tributária é pensada por economistas sem um modelo empírico baseado em evidências, e apto a analisar e a prever a reação do ser humano sem formação econômica. Sabe-se lá o que vem à frente pelo ministro que trata tributos como o carimbador maluco.

Atualizar a tabela progressiva do IR é positivo, em princípio. Foi promessa de campanha. A linha de isenção de R\$ 1.903,98 passaria para R\$ 2.500,00, em 2022. É menos do que o prometido, não recompõe a inflação acumulada e as mudanças nas demais faixas são tímidas. Também não ataca desigualdades e a alíquota máxima nominal continua 27,5%.

O desconto simplificado é limitado, levando milhares à declaração completa e à perda do abatimento padrão de 20%. E engana: quem recebia cerca de R\$ 2.500,00 já não pagava IR no simplificado ou recebia restituição na completa. O aumento da carga tributária será para rendas anuais acima de R\$ 40 mil (R\$ 3 mil mensais). Haverá menos retenção na fonte e o susto ficará para a declaração anual de ajuste. A restituição será substituída por imposto a pagar. Um alívio populista em ano eleitoral a ser pago em 2023.

O governo não renunciará a arrecadação, nem corrigirá injustiças e distorções, como propagado. É falácia dizer que a medida fará com que o contribuinte peça mais nota fiscal porque as despesas dedutíveis são restritas. Deduções regressivas para rendas maiores, ou reduzir o abatimento de despesas com médicos e estudos no exterior sequer foram cogitadas.

Há uma opção por pagamento antecipado de 5% no ganho de capital de bem imóvel. Esse favor aos mais ricos antecipará caixa em ano eleitoral e aumentará a desigualdade. É o oposto do programa de Joe Biden que prevê tributar ganhos de capital no mesmo

patamar da renda assalariada, como forma de atingir o 1% mais rico e evitar planejamentos abusivos.

Finalmente, elimina-se a nossa jabuticaba tributária, a isenção sobre lucros e dividendos distribuídos, algo que só existe aqui e na Estônia - refiro-me à isenção, já que desconheço se jabuticabas crescem no Báltico! Propõe tributá-los em 20% na fonte, eliminar deduções com juros sobre o capital próprio e com gratificações por bônus de ações da empresa.

Supostamente ajusta a conta com a redução gradativa de alíquota do Imposto de Renda da pessoa jurídica até 2023, de 25% a 20%, técnica usada em outros países. Porém, mantém alíquotas mais elevadas do que de membros da OCDE, incluídas as contribuições sobre faturamento e folha de salários. E estimula o capital especulativo, que terá alíquota única de 15% sem o atual escalonamento regressivo para os investimentos financeiros, nem diferenciação pelo risco, em detrimento das alíquotas maiores no campo produtivo. Não há estímulo a reinvestimento, nem desestímulo à distribuição disfarçada de lucros ou à pejetização, pois a proposta mantém a isenção para micro e pequenas empresas. O efeito será o inverso.

Para uma equipe econômica dita liberal, não há nada mais antiliberal. É só uma proposta eleitoral tipo plunt plact zum, que, ao que tudo indica, não vai a lugar algum.

* Procurador do Estado de Pernambuco, professor da Unicap e advogado

Paulo Rosenblatt *

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2021/07/reforma-tributaria-e-o-carimbador-maluco.html>

O que muda no seu imposto de renda com a reforma tributária; ouça podcast (Café da Manhã)

O governo entregou ao Congresso, no fim de junho, a segunda fatia da **reforma tributária** -que prevê mudanças no imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas. A principal alteração é o aumento na faixa de isenção do imposto. Se o projeto for aprovado, quem ganha até R\$ 2.500 não vai precisar pagar o leão. Hoje, o valor isento é de até R\$ 1.903,98.

Por outro lado, a equipe econômica espera limitar benefícios no IR. Ela propõe reduzir o número de contribuintes com direito ao desconto na declaração simplificada -só quem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito a ele.

Na parte das pessoas jurídicas, a proposta tem gerado conflitos. O governo quer passar a cobrar imposto sobre dividendos e reduzir o IR das empresas. Mas empresários acham que uma medida não compensa a outra e têm pressionado o Congresso. Diante disso, os parlamentares propõem mudanças no texto que podem gerar um rombo de R\$ 30 bilhões nas contas do governo.

No episódio desta quinta-feira (14), o Café da Manhã explica as propostas de mudança no imposto de renda e analisa o que pode acontecer com as suas contas e o país se elas forem aprovadas. Para isso, o podcast conversa com Tathiane Piscitelli, professora de direito tributário e finanças públicas da FGV.

O programa de áudio é publicado no Spotify, serviço de streaming parceiro da Folha na iniciativa e que é especializado em música, podcast e vídeo. É possível ouvir o episódio clicando abaixo. Para acessar no aplicativo basta se cadastrar gratuitamente.

Ouçá o episódio:

O Café da Manhã é publicado de segunda a sexta-feira, sempre no começo do dia. O episódio é apresentado pelos jornalistas Maurício Meireles e Bruno Boghossian, com produção de Angela Boldrini, Jéssica Maes e Victor Lacombe. A edição de som é de Natália Silva.

Carregando...

Carregando...

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2021/07/o-que-muda-no-seu-imposto-de-renda-com-a-reforma-tributaria-ouca-podcast.shtml>

Reforma do IR afeta vale-alimentação e livra tributação em paraísos fiscais

Fábio Pupo e Bernardo Caram *brasil*

A nova versão da reforma do Imposto de Renda elaborada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e pelo relator, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), elimina a possibilidade de empresas deduzirem o vale-alimentação da base de cálculo do Imposto de Renda e também a previsão de taxar recursos de brasileiros em paraísos fiscais.

Hoje, as empresas que optam pelo regime de pagamento do lucro real podem deduzir o valor destinado ao benefício. Para isso, elas devem aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador -criado na década de 1970 para incentivar empresas a destinarem recursos à alimentação de empregados de baixa renda.

"O que o substitutivo fez foi retirar essa possibilidade", diz o deputado Vinícius Poit (Novo-SP), que participou das discussões. Caso o texto seja aprovado, a dedução valerá só para os auxílios pagos no a no-
calendário de 2021.

De acordo com os cálculos apresentados por Sabino a líderes do Congresso, a medida eleva em R\$ 1,5 bilhão a arrecadação. O valor é apenas uma fração do corte no IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) promovido pelo texto.

A proposta corta 12,5 pontos percentuais da alíquota, gerando um alívio de R\$ 98,1 bilhões para as empresas brasileiras sem medidas compensatórias suficientes e deixando um rombo de R\$30 bilhões para as contas públicas.

Na iniciativa privada, entre as mais afetadas estão as empresas intermediadoras desses benefícios -que devem ver menos interesse das companhias em pagar esses auxílios.

A ABBT (Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador) foi surpreendida com a informação nesta semana. A diretoria da entidade, que representa empresas como Alelo e Sodexo, ainda analisa a proposta.

A nova versão também traz um alívio nas regras para investidores na comparação com a proposta original.

O relatório cria exceções para a tributação anual dos chamados fundos de investimento fechados - instrumento que permite o pagamento de **impostos** somente no resgate da aplicação (até lá, o fundo pode movimentar os recursos livremente sem ser taxado).

Os fundos fechados têm vantagem em relação aos demais investidores. A pessoa física, por exemplo, paga ao resgatar cada investimento tributável. Já os abertos pagam **tributos** duas vezes ao ano (cobrança chamada de come-cotas).

O projeto de lei original enviado pelo governo cria a tributação anual de 15% para os fundos fechados. Mas a nova versão, apresentada na terça-feira a líderes partidários, adiciona exceções à regra.

Uma delas são os fundos de investimento imobiliários, instrumento difundido no mercado e alvo de preocupação entre investidores devido às eventuais alterações.

Também vão escapar da tributação anual os fundos de infraestrutura (FIP-IE), de pesquisa, desenvolvimento e inovação (FIP-PD), os ligados a cadeias produtivas agroindustriais (Fiagro) e outros.

"Estamos trazendo a desoneração de fundos relacionados a investimentos importantes do país, principalmente na área de infraestrutura", afirmou Sabino.

Outra exceção criada foi para fundos de investimento constituídos exclusivamente por investidores residentes ou domiciliados no exterior.

Bianca Xavier, professora da FGV Direito Rio, afirma que a medida pode ser positiva por evitar a expulsão de capital estrangeiro -mas, por outro lado, pode gerar uma brecha para que brasileiros usem empresas fora do país (offshore) para driblar a regra.

"Se você tem uma offshore, [a regra] traz uma situação de planejamento tributário", afirma. "Mas, ainda assim, você teria mais benefícios em termos de política fiscal ao não fechar uma porta para o capital estrangeiro", diz.

Também foram retiradas regras que combatem a chamada elisão fiscal (quando contribuintes usam

artifícios para escapar da tributação). O projeto original do governo passava a cobrar **impostos** sobre lucros de empresas de brasileiros domiciliadas em paraísos fiscais -mesmo que os recursos não fossem trazidos para o Brasil. A nova versão eliminou esse trecho.

Segundo Sabino, as regras contra a elisão foram deixadas para um projeto futuro -mas não foi dito quando tal texto será apresentado. A medida é recomendada internacionalmente, inclusive pela OCDE, para combater a erosão da base tributária.

Relator avalia reduzir faixa de isenção para dividendos a R\$ 2.500

O relator da reforma do IR, Celso Sabino (PSDB-PA), avalia reduzir a faixa de isenção sobre a distribuição de dividendos para R\$ 2.500 mensais, valor quase 90% menor que os R\$ 20 mil propostos originalmente pelo governo. Em contrapartida, ele afirma que ampliaria o número de empresas aptas ao benefício.

No projeto enviado ao Congresso, o ministro Paulo Guedes (Economia) propôs acabar com a isenção existente para dividendos desde a década de 1990. O texto estabelece alíquota de 20%, mas cria uma faixa de isenção de até R\$ 20 mil por mês para os repasses feitos por micro e pequenas empresas.

Em versão preliminar do relatório apresentada na terça (13), Sabino não mudou esse trecho. Nesta quarta-feira (14), no entanto, ele disse que passou a estudar a alteração.

"Estamos avaliando ampliar a isenção da distribuição de lucros e dividendos não só para as pequenas empresas mas sim por todas as empresas. E reduzir a faixa de isenção de R\$ 20 mil para R\$ 2.500."

O deputado não informou o número de companhias com isenção garantida na proposta do governo e quantas ficariam isentas caso o texto sofra esse ajuste.

Nesta quarta, em live promovida pelo jornal Valor Econômico, Guedes afirmou que parte da receita obtida pelo governo com o fim da isenção sobre dividendos será usada para financiar a ampliação do programa Bolsa Família.

"A tributação de dividendos é uma] fonte muito bem-vinda do ponto de vista de justiça social. Taxar os super-ricos e financiar a redução de imposto para os assalariados e fortalecimento do Bolsa Família."

As mudanças propostas pelo relator

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PARA EMPRESAS Como

é Alíquota-base do IRPJ é hoje de 15%.

Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil Como ficaria Corte da alíquota em 5 pontos percentuais gradualmente. Para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil Versão do relator Corte 12,5 pontos percentuais, sendo 10 pontos no primeiro ano e 2,5 pontos no segundo. Alíquota-base cairia de 15% para 2,5%. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil

LUCRO REAL Como é Receita diz que, hoje, há uso indevido do sistema de lucro presumido (mecanismo simplificado de apuração) para alocar rendimentos que deveriam ser tributados Como ficaria Projeto amplia situações que estabelecem a obrigatoriedade de apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real Versão do relator Relator retomou possibilidades de empresas usarem a tributação pelo lucro presumido. Mudança era uma demanda do setor de construção

FUNDOS IMOBILIÁRIOS Como é Há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022, e a tributação dos demais cotistas é de 20%

Como ficaria Fim da isenção e cobrança de 15% sobre os rendimentos Versão do relator Isenção é mantida

COME-COTAS EM FUNDOS ABERTOS E FECHADOS Como é Os fundos abertos pagam imposto (o chamado come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos Como ficaria Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher apenas em novembro.

Já os fechados passam a ter a obrigação de recolher em novembro Versão do relator Sabino afirma que retirou a previsão de tributação com come-cotas dos fundos em infraestrutura, agronegócios e logística

DIVIDENDOS Como é Distribuição a acionistas é isenta Como ficaria Tributados em 20% na fonte. Haverá isenção para até R\$ 20 mil por mês, desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa Versão do relator Retirada a cobrança quando a distribuição ocorrer entre empresas do mesmo grupo

PONTOS MANTIDOS PARA PESSOA FÍSICA

ISENÇÃO PARA A BAIXA RENDA

Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês Como ficaria Teto sobe para R\$ 2.500

TABELA DO IR

Como é Desatualizada desde 2015

Como ficaria Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais

DESCONTO SIMPLIFICADO Como é Na declaração anual, contribuinte pode pedir o desconto simplificado de 20%

Como ficaria Soquem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito ao desconto. Justificativa é que evolução tecnológica já simplifica a declaração. Outras formas de dedução (com despesas médicas e educacionais) permanecem. Mudança deve elevar carga para 2 milhões de contribuintes

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

89

Esforço concentrado para aprovar a LDO

AUGUSTO FERNANDES

Em um esforço para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022, o Congresso Nacional quer concluir hoje a análise do tema na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e nos plenários da Câmara e do Senado. Por determinação do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), os parlamentares querem finalizar a tramitação do texto antes do fim de semana, para garantir o cumprimento do recesso entre os dias 18 e 31 deste mês, que só terá caráter oficial se deputados e senadores conseguirem aprovar a LDO até um dia antes.

A matéria deveria ter sido concluída ontem na CMO. No entanto, não houve a votação do relatório final do deputado Juscelino Filho (DEM-MA). Foram apresentadas no mínimo 2,7 mil emendas ao texto da PEC, e o parlamentar quis mais tempo para fazer uma análise mais aprofundada de todas as sugestões de modificação à redação da LDO. Além disso, ele aproveitou o dia para se reunir com integrantes do governo federal, como os ministros Marcelo Queiroga (Saúde) e Fabio Faria (Comunicações), para debater as prioridades da lei.

Dessa forma, a CMO deve tomar boa parte da agenda de hoje do parlamento. Às 8h30, está prevista a reunião na CMO que votará o parecer definitivo de Juscelino. Na sequência, às 10h, o assunto será votado na Câmara. E às 16h, o assunto será analisado pelo Senado.

Projeções

A LDO elaborada pelo governo para 2022 prevê um déficit nas contas públicas de R\$ 177,5 bilhões para o ano que vem. O governo federal é responsável por quase R\$ 170,5 bilhões desse valor, montante que é equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Ainda segundo a proposta, as despesas primárias estão estimadas em R\$ 1,621 trilhão, que serão divididas em R\$ 1,524 trilhão para despesas obrigatórias e R\$ 96,674 bilhões para despesas discricionárias.

As despesas obrigatórias ficarão pressionadas pela alta nos benefícios previdenciários, que têm previsão de chegar a R\$ 1,525 trilhão em 2022. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, pode alcançar quase 5 milhões de pessoas até o fim do ano

que vem. Com isso, os recursos para atender a esse programa devem chegar a R\$ 69,2 bilhões.

A proposta também estabelece uma receita primária para o ano que vem de R\$ 1,450 bilhão, sem considerar as transferências constitucionais. A LDO ainda aposta que a **inflação** passará dos 4,4% neste ano para 3,5% em 2022.

O texto do governo ainda estima que o **PIB** cresça 2,5% no ano que vem, estatística inferior à previsão feita pelo Executivo para este ano, de 3,2%. Além disso, a projeção para a meta da taxa básica de juros é de 4,7%, um número mais otimista do que o cálculo feito para 2021, que foi de 2,8%.

LDO deve ser votada hoje

Brasília - O Congresso Nacional pode votar hoje o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022. Já está agendada reunião para os deputados federais a partir das 10h e, para os senadores, a partir das 16h. Devido à pandemia da COVID, as sessões do Congresso vêm sendo feitas separadamente. Ambas as reuniões serão semipresenciais. Entretanto, o PLN 3/2021 tem que ser aprovado antes pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), o que não ocorreu na reunião de ontem. Assim, a CMO adiou para as 8h30 de hoje a retomada da reunião, cujo primeiro item da pauta de votações é o projeto da LDO 2022.

A LDO 2022 prevê um déficit de R\$ 177,5 bilhões (R\$ 170,47 bilhões do governo federal, R\$ 4,42 bilhões das estatais e R\$ 2,6 bilhões de estados e municípios). O salário mínimo está previsto em R\$ 1.147, enquanto a **inflação** prevista é de 3,5% e o crescimento do **PIB** em 2,5%. Rose abriu a reunião de ontem, que foi logo suspensa para entendimentos com o relator. Ela disse que senadores e deputados apresentaram mais de 2.700 emendas ao texto. O relatório preliminar foi aprovado na segunda-feira na comissão.

Deputados, senadores, comissões e bancadas estaduais apresentaram 2.632 emendas ao texto. "É um recorde", impressionou-se a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (MDB-ES). Como comparação, no ano passado foram apresentadas 2.232 emendas ao projeto da LDO 2021. Por causa do grande número de emendas, houve uma pane no sistema e o prazo de apresentação, que terminava ao meio-dia, teve de ser prorrogado.

O recesso parlamentar, de 18 a 31 de julho, só terá caráter oficial se os congressistas conseguirem aprovar a LDO até um dia antes. O relator da LDO é o deputado federal Juscelino Filho (DEM-MA). O relatório final ainda não foi publicado. Como o nome já diz, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é anual como o Orçamento, determina as diretrizes (metas e prioridades) para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do ano seguinte.

PEC VETA MILITARES

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) em elaboração pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) proíbe que militares da ativa das Forças Armadas ocupem cargos dentro do governo federal. Das 171 assinaturas necessárias para que passe a tramitar na

Casa, o documento já tem o apoio de pelo menos 118 deputados. O movimento para que a PEC passe a ser discutida no Congresso ganhou força após o recente episódio envolvendo o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. O general participou de uma manifestação de cunho político a favor do presidente Jair Bolsonaro no fim de maio, no Rio de Janeiro, transgredindo o Estatuto Militar e o Código Disciplinar do Exército, mas não foi punido pela Força.

Deputados que apoiam a restrição à presença de militares da ativa em funções no Executivo federal dizem que a medida é necessária para preservar a imagem das Forças Armadas diante da sociedade. Devido ao caso do ex-ministro da Saúde, muitos dizem que a credibilidade da instituição foi manchada e há dúvidas entre a população de qual é o verdadeiro papel de Exército, Marinha e Aeronáutica.

Perpétua diz que mesmo militares, em especial do Exército, apoiam o debate da PEC no Parlamento. Pela proposta da deputada, quem tem menos de 10 anos de serviço deveria pedir afastamento para assumir algum posto no governo, enquanto militares com mais de uma década nas Forças seriam obrigados a entrar na reserva antes de aceitar o convite para integrar a administração pública federal.

"Temos que reforçar o papel de instituições de Estado como as Forças Armadas, bem como tirar a política de dentro dos quartéis. Exército, Marinha e Aeronáutica não são instituições de governo, por mais que o presidente Jair Bolsonaro se refira a elas como "minhas Forças". As Forças não servem a um governo, elas servem à nação", afirmou a deputada.

Já assinaram a PEC, por exemplo, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PL-AM), que criticou, na semana passada, a falta de punição a Pazuello. Ele afirmou que acha "muito difícil" um projeto prosperar hoje na Câmara sem o apoio do governo, mas considera a iniciativa importante.

"Eu assinei, acho que é um projeto importante. O militar, para assumir um cargo no governo, deveria ir para a reserva. É um mecanismo de proteção das Forças Armadas", pontuou. Vice-presidente do PT na Câmara, Enio Verri (PR) também manifestou apoio à PEC. Segundo ele, a visão que a sociedade tinha sobre a competência e capacidade técnica dos militares mudou completamente por conta dos que estiveram ou ainda estão no governo federal. Portanto,

para o bem das Forças, seria melhor que seus integrantes se abstivessem de compor o Executivo.

"Bolsonaro fez mal às Forças Armadas. Os militares saem enfraquecidos dessa experiência. É preciso recuperar o respeito e o prestígio dos militares, para o bem do Brasil e da nação brasileira", salientou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/07/2021/p1>

Pela 1ª vez, governo vê inflação fora da meta

Lorena Rodrigues Fabrício de Castro / BRASÍLIA

Pela primeira vez, o Ministério da Economia passou a prever o estouro da meta da **inflação** neste ano. Em documento divulgado ontem, a equipe do ministro Paulo Guedes estimou em 5,9% a **inflação** de 2021, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O teto da meta que precisa ser perseguida pelo Banco Central é de 5,25%. A estimativa anterior do governo, de março, era que a alta dos preços ficaria em 5,05% neste ano.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, disse que as políticas fiscal (sustentabilidade das contas públicas) e monetária (calibragem da taxa básica de juros para o controle da alta dos preços) seguem "trabalhando juntas".

"A **inflação** está em elevação em todos os lugares do mundo", afirmou ele, ao citar como fatores os estímulos fiscais dados pela maior parte dos países em meio à pandemia do novo coronavírus e o aumento da demanda por produtos básicos, como alimentos, minério de ferro e petróleo.

"Esse é mais um motivo para insistirmos na agenda de reformas econômicas. Quanto mais rápido e de maneira mais consistente avançarmos, mais rápido teremos melhores resultados econômicos", disse.

A meta central do governo para a **inflação** em 2021 é de 3,75%, com um intervalo de tolerância que varia de 2,25% a 5,25%. Para alcançá-la, o BC eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic), que agora está em 4,25% ao ano.

No mês passado, o BC já tinha divulgado que o risco de estouro da meta havia subido para 74%. Para uma centena de analistas de instituições financeiras, consultados pelo próprio BC, o IPCA deve acumular alta ainda maior no ano - de até 6,11%.

Na hipótese de a meta ser descumprida, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, terá de enviar uma "carta aberta" a Guedes para explicar as razões do estouro.

A última vez que isso ocorreu foi em janeiro de 2018, mas o motivo foi outro: por conta de a **inflação** do ano anterior ter ficado abaixo do piso da meta. Então na presidência do BC, Ilan Goldfajn apresentou como justificativa a forte queda do preços dos alimentos na esteira da safra recorde.

PIB. O ministério ainda revisou sua projeção para a recuperação da economia e espera agora uma alta de 5,30% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano. Na última previsão, em março, o crescimento estimado era de 3,50%.

De acordo com a SPE, o resultado do **PIB** do primeiro trimestre, com alta de 1,2%, mostrou que a economia brasileira está se recuperando da crise econômica causada pela pandemia a taxas mais altas do que em recessões anteriores. Para 2022, a estimativa de alta no **PIB** passou de 2,50% para 2,51%.

Sachsida disse que, se "mudanças estruturais ocorrerem", como uma terceira onda da pandemia de coronavírus, a pasta fará ajustes nas projeções para a economia. "A pandemia criou dificuldades extras para as projeções econômicas." Ele foi questionado sobre o assunto depois de a CPI da Covid receber documentação que mostrou que o secretário fez previsões sobre o fim da pandemia no fim do ano passado sem questionar o Ministério da Saúde. Na ocasião, ele disse que o Brasil estava próximo de alcançar a "imunidade de rebanho". O secretário pediu desculpas pelas declarações e disse que não deveria ter falado de assunto fora de sua alçada.

I Preços

3,75% é a meta central de **inflação** prevista pelo governo, com um intervalo de tolerância que varia de 2,25% a 5,25%

74% é o índice de risco de a **inflação** estourar a meta prevista pelo governo, conforme projeção do Banco Central do mês passado

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Folga de gastos cai em R\$ 12,4 bi a cada ponto percentual a mais do IPCA

Apesar da **inflação** em alta, o governo ainda pode ter um espaço para ampliação de despesas de R\$ 47,3 bilhões em 2022. A avaliação é da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em relatório divulgado ontem. No entanto, se os preços continuarem subindo, esse cenário pode mudar. A cada ponto percentual adicional de **inflação**, no ano fechado de 2021, a folga do teto de gastos diminui em R\$ 12,4 bilhões em 2022.

Considerando o cenário de junho, a projeção da IFI para o IPCA de dezembro é de 5,74% e, para o INPC, de 5,8%. Considerando que a **inflação** no acumulado em 12 meses até junho de 2021 foi de 8,35%, ainda haveria uma folga de R\$ 47,3 bilhões em 2022.

-De lá para cá, as expectativas para a **inflação** continuam crescendo, por conta das pressões nos preços das commodities. Além disso, como se vislumbra uma continuidade da crise hídrica, é provável que a **inflação** no fim do ano seja maior - explica Daniel Couri, diretor da IFI.

Até o momento, o cenário mais pessimista calculado pela instituição é que IPCA e INPC terminem o ano em 7,2% e 7,3%, respectivamente. Com isso, a folga do governo cairia a R\$ 28,7 bilhões.

- O mecanismo que mais influencia a projeção dos gastos é o INPC, porque reajusta o salário mínimo - diz Couri.

O teto para os gastos públicos foi criado em 2016. Pela regra, o crescimento das despesas da União não pode ser maior que a variação da **inflação** acumulada em 12 meses até junho do ano anterior. Os gastos, porém, são mais influenciados pela **inflação** no fim do exercício. Ou seja, se a **inflação** de junho for maior que a de dezembro, haverá folga no teto de gastos. (Stephanie Tondo)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pobres são muito mais afetados

A alta nos preços de bens e serviços monitorados pelo governo, como a energia elétrica e o gás, foi o principal fator de pressão para que a **inflação** dos brasileiros mais pobres encerrasse o mês de junho quase duas vezes maior que a dos mais ricos, segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda registrou uma desaceleração da pressão inflacionária na passagem de maio para junho em todas as faixas de renda. No entanto, a pressão de custos ainda foi maior entre as famílias mais pobres, com renda domiciliar inferior a R\$ 1.650,50: a variação dos preços passou de alta de 0,92% em maio para elevação de 0,62% em junho.

Entre as famílias de renda mais alta, que recebem mais de R\$ 16.509,66 mensais, a **inflação** saiu de 0,49% em maio para 0,36% em junho. Entre os de renda média alta, com rendimento domiciliar mensal entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66, a **inflação** desacelerou de 0,75% para 0,44% no período.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e usado pelo Ipea para fazer o cálculo da **inflação** por faixa de renda, encerrou o mês de junho com avanço de 0,53%, ante uma elevação de 0,83% em maio.

Em junho, a maior pressão sobre a **inflação** partiu dos gastos com habitação. A energia elétrica subiu 1,95%, devido ao acionamento da bandeira vermelha patamar 2 e ao reajuste tarifário em Curitiba.

"As variações do gás de botijão e do gás encanado, por sua vez, seguem impactadas pela alta dos preços internacionais e já acumulam variações de 16% e 14,2% no ano, respectivamente", ressaltou a nota do Ipea.

O aumento de 1,10% nos gastos com habitação em junho respondeu por 40% da **inflação** percebida pelas famílias mais pobres, um impacto de 0,24 ponto percentual. O encarecimento de 0,43% dos alimentos e bebidas contribuiu com mais 0,12 ponto percentual.

"Para as famílias de renda mais baixa, observa-se que, mesmo diante da deflação apresentada em itens importantes, as altas das carnes (1,3%), das aves e ovos (1,6%) e dos leites e derivados (2,2%) fizeram com que o grupo alimentação e bebidas se

constituísse sendo o segundo maior foco de pressão inflacionária. A **inflação** das classes de renda mais altas foi impactada pelos grupos transportes e saúde e cuidados pessoais, repercutindo os reajustes dos planos de saúde (0,67%)", apontou a técnica do Ipea Maria Andréia Parente Lameiras.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10606>

Ministério eleva previsão de crescimento econômico para 5,3% em 2021

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia aumentou a projeção para o crescimento da economia este ano e também para a inflação. As estimativas estão no Boletim Macrofiscal.

A projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) passou de 3,5% para 5,3% em 2021, em relação ao último boletim, divulgado em maio.

O aumento se deve à incorporação do resultado positivo do primeiro trimestre do ano, que "foi melhor que o esperado", com alta de 1,2% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, e superou as estimativas de mercado. "Esse avanço se soma à retomada do crescimento observada nos dois trimestres anteriores, mesmo com o recrudescimento da pandemia de covid-19 no início deste ano", diz o boletim.

De acordo com o documento, os indicadores de confiança refletem melhoras nas expectativas dos empresários, com crescimento em todas as áreas, em especial no setor de serviços, e boas perspectivas para o segundo semestre, dado o avanço da vacinação da população e redução do distanciamento social.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3230

"Pobreza é custo de longo prazo deixado pela pandemia

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou ontem que a pobreza é um "custo de longo prazo" deixado pela pandemia do novo coronavírus. "Infelizmente, aumentou a pobreza no mundo inteiro e também no Brasil", afirmou, durante coletiva de imprensa.

Sachsida defendeu ainda que o Brasil precisa ter programas "mais robustos" para atender às famílias carentes. O secretário afirmou ainda que, no mês de novembro, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério organizará um evento para debater todos os custos de longo prazo da pandemia, que não se limitam à questão da pobreza. "Há hoje um número expressivo de pessoas que não estão indo aos exames médicos na pandemia", exemplificou. "É um choque negativo de saúde pública." Teto de gastos Adolfo Sachsida também disse que o governo federal cumprirá o teto de gastos em 2021 e também em 2022. "O Brasil irá gastar no ano que vem exatamente o que gastou este ano", afirmou. "Estamos gastando o teto de gastos este ano e gastaremos o teto o ano que vem", acrescentou.

O teto de gastos é a regra fiscal que limita o gasto público ao equivalente ao orçamento do ano anterior, corrigido pela **inflação**. Durante a coletiva de imprensa, Sachsida disse que é "equivocado" dizer que o governo elevará os gastos no ano que vem. "Iremos gastar ano que vem o mesmo deste ano. A diferença será a composição do gasto."

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210715>

Política sem panaceia (3)

Sempre que as instituições passam por algum estresse, surgem propostas de mudanças profundas do sistema político. No Brasil, por muito tempo, era o parlamentarismo que fazia as vezes de panaceia. Mais recentemente, começou-se a falar em semipresidencialismo.

Trata-se de um regime em que convivem um presidente com poderes, normalmente eleito pelo voto direto, e um primeiro-ministro, encarregado do dia a dia da administração, que responde ao Parlamento. Como em todos os arranjos do gênero, há prós e contras.

No contexto brasileiro, a vantagem seria conciliar o pendor nacional por eleições diretas para presidente - evidenciado nos plebiscitos de 1963 e 1993, quando a sociedade optou pelo presidencialismo- com virtudes do parlamentarismo, notadamente a maior responsabilização do Congresso e a agilidade na solução de crises.

Pelo lado negativo, o semipresidencialismo tende a promover uma certa confusão entre as responsabilidades do presidente e do premiê. Outro ponto fraco potencial é a coabitação (quando os dois líderes máximos pertencem a grupos políticos rivais), que pode levar a períodos difíceis, marcados por imobilismo e obstruções.

Se o Brasil tivesse sido descoberto ontem e estivéssemos debatendo qual sistema político adotar, o semipresidencialismo seria uma alternativa. Entretanto o país já conta com um sistema político que, a despeito de seus problemas peculiares, está longe de ser inviável.

Um erro comum quando se está em busca do ideal é menosprezar os custos de mudanças, em especial se elas forem muito profundas. Um novo regime demandaria um novo período de aprendizado por parte de eleitores e políticos, durante o qual o desempenho dos atores tende a ser subótimo.

Foi por considerações como essa que esta Folha deixou a defesa do parlamentarismo e decidiu adotar uma posição mais realista, com o apoio a aperfeiçoamentos sucessivos do sistema atual que tragam ganhos incrementais.

Alguns deles, como a cláusula de barreira e o fim das coligações em eleições proporcionais, estão tecnicamente em vigor. Se essas regras forem

mantidas, deverão resultar na diminuição do número de partidos políticos, o que em tese favorecerá a formação de coalizões mais estáveis e com menor custo de administração.

O risco que corremos é que parlamentares por demais adaptados ao modelo ameaçam promover uma **reforma política** capaz de reverter, no todo ou em parte, as medidas salutaras já contratadas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49589>

Relatório inclui 'distritão' para eleições de 2022

Camila Turtelli /BRASÍLIA

A nova proposta de **reforma política** apresentada pela deputada Renata Abreu (Podemos- SP) prevê o distritão como modelo para as eleições de 2022.

Por esse sistema, os deputados mais votados nos Estados são eleitos, independentemente do peso de cada partido. A ideia é que haja um período de transição até 2026, quando seria adotado o distrital misto. Atualmente, o Brasil tem um sistema proporcional, que reserva vagas por partidos.

Presidente do Podemos, Abreu também desistiu de determinar a obrigatoriedade de vagas para mulheres no Legislativo, como defendia. Originalmente, a deputada propunha uma reserva de 15% para elas. O texto manteve, no entanto, a determinação de dar peso dobrado aos votos recebidos pelas candidaturas femininas no cálculo usado para a distribuição dos financiamentos públicos dos fundos eleitoral e partidário.

O relatório também altera a data de posse do presidente, governadores e prefeitos, que seria deslocada de 1º de janeiro para o dia 5. Após a leitura do parecer, deputados pediram vista e a votação ficou para agosto. Para que as mudanças sejam válidas para a próxima eleição, a proposta precisa ser aprovada no Congresso até outubro.

Senado. O Senado, por sua vez, deu sinal verde para uma proposta de reforma que redefina o critério de distribuição das "sobras eleitorais" e reduz as chances de partidos pequenos ocuparem vagas no Legislativo. O texto foi aprovado por 57 a 14 votos e segue agora para Câmara.

O projeto acaba com a possibilidade de partidos pequenos ficarem com a sobra da distribuição de vagas na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o que deve diminuir o número de legendas e forçar as siglas a formar federações por uma questão de sobrevivência política.

Com o desempenho obtido nas últimas eleições, o PC do B, a Rede e o Cidadania correm o risco de ficar sem vagas na Câmara.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso precisa aprovar logo a 'PEC do Pazuello'

A **reforma política** estapafúrdia apresentada na terça-feira na Câmara - num momento em que **reforma política** é tudo aquilo de que o Brasil menos precisa - não deve obscurecer uma notícia alvissareira. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) que impede militares da ativa de assumir cargos civis no governo, medida crucial para o Brasil e benéfica para as Forças Armadas, ultrapassou o número mínimo de assinaturas e começará a tramitar. "A tramitação da matéria, em frutífero diálogo entre o Parlamento e as Forças Armadas, fortalecerá a democracia", afirma nota conjunta de cinco ex-ministros da Defesa.

É preciso que deputados e senadores deem celeridade a essa mudança simples no texto constitucional, que estabelece, para que ocupem cargos civis, os mesmos critérios já adotados para militares que queiram concorrer em eleições: afastar-se, se tiverem menos de dez anos de carreira, ou reformar-se, se tiverem mais. É o bastante para evitar a intromissão inconstitucional e perigosa da caserna na política.

Quando se testemunham fatos no calor do momento, muitas vezes é difícil discernir os graves dos inofensivos. Foi grave, porém, a falta de punição ao ex-ministro Eduardo Pazuello, militar da ativa que participou de ato político ao lado do presidente Jair Bolsonaro no Rio. Com episódios como esse, perde o Brasil, perdem as Forças Armadas.

Logo que assumiu, Bolsonaro defendia a presença militar em cargos civis sob o argumento de que não se podia jogar fora a capacidade técnica dos fardados. Não era exatamente novidade. Durante os governos do PT, o Exército construiu estradas e aeroportos. A inovação de Bolsonaro foi levar integrantes das Forças Armadas para dentro da política e de várias áreas do governo.

Os defensores do presidente fazem comparações entre militares e servidores do Ministério das Relações Exteriores, há muito presentes em ministérios. É uma falácia. Para quem ainda precisava de uma prova de que a ideia era péssima, ela veio quando o ministro da Defesa e os comandantes das três Forças emitiram nota tentando impor limites à atuação da CPI da Covid. Alguém já imaginou o Itamaraty tendo a ousadia de intimidar um Poder da Federação dessa

forma?

Com mais de 6 mil militares em funções civis, pode ser questão de tempo até que novos indícios de escândalos surjam, como os recentes envolvendo a compra de vacinas. Com militares da ativa no governo, não serão as queixas do ministro ou dos três comandantes que impedirão a divulgação e a investigação de eventuais malfeitos que maculem a imagem das Forças Armadas.

Uma característica dos países na América Latina é a falta de grandes ameaças externas. Para os militares, seria um dado positivo, mas acaba por orientá-los às questões internas. É um erro. O dever deles está estabelecido com clareza na Constituição. Para cumpri-lo, precisam manter-se afastados da política, exatamente como sempre fizeram desde a redemocratização. É evidente que não há nem interesse nem competência no Alto-Comando para governar ou se meter em política. A PEC da deputada Perpétua Almeida traça com simplicidade, clareza e precisão a fronteira de atuação dos militares. Merece toda a atenção e precisa ser aprovada com urgência.

Site:

<https://blogs.oglobo.globo.com/opinioao/post/congresso-precisa-aprovar-logo-pec-do-pazuello.html>